

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de abril de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADERBAL FULCO CALDAS (2º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Souza, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão no dia 07/03/2017.

Do Vereador Antônio Carolino Filho, 1º Secretário da Câmara Municipal de Salvador, dando conhecimento do pronunciamento do Vereador Leo Prates, no qual registrou votos de congratulações ao Deputado Angelo Coronel em razão da eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 21ª e 22ª, realizadas, respectivamente, em 28 e 29 de março de 2017, e da 8ª sessão especial, realizada em 23 de março de 2017.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Angelo Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luiza Maia, imprensa presente, Srs. Telespectadores que estão em casa, hoje eu venho a esta tribuna fazer o pronunciamento de um cidadão e de um político indignado. Peço que superemos todas as adversidades que a política brasileira vem enfrentando, sobretudo nos últimos 2 anos, 1 ano e meio, quando uma posição diferente da vencedora, ideologicamente bastante distante, resolveu se juntar à grande mídia brasileira, afetou os conservadores da sociedade e abriu uma frente de trabalho político que, aceitemos ou não, levaram a cabo a deposição de uma presidenta eleita pelo povo brasileiro.

O que nos deixa indignado é que, junto a essa onda, surgem figuras públicas brasileiras que, deputada Luiza Maia, nos enoja, nos remete a um Brasil tão distante que... sinceramente eu não esperava que no século XXI ainda coubesse um cidadão político, deputado federal, dar uma declaração com o conteúdo que foi dado ontem pelo Sr. Deputado Federal Jair Bolsonaro.

Nosso gabinete está preparando uma moção de repúdio, que nós vamos dar entrada na Mesa desta Casa, para este cidadão que, para mim, está muito distante de ser um brasileiro, pelo menos, com um sentimento mínimo de humanidade, de senso humanitário. *“Nenhum centímetro para quilombola ou reserva indígena”*, diz Bolsonaro, *“nenhum centímetro para reserva indígena ou quilombola”*. Até aí, deputado Pastor Sargento Isidório, tudo bem, mas ele continuou dizendo que foi a um quilombo e, de lá, voltou com a seguinte percepção: *“O afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas; não fazem nada, eu acho que nem para procriar eles servem mais; mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles.”*

Companheiros, companheiras, sou o tipo de pessoa que, tenho dito, construiu a caminhada...é óbvio que ninguém chega a Assembleia Legislativa da Bahia caminhando só. Sou o tipo de político, e tenho dito também, que não chegou até aqui, após ter sido vereador em minha cidade, por braços ou estrutura partidária que me impulsionasse ou por representantes de oligarquias políticas que me impulsionassem.

Chegamos aqui porque caminhamos fazendo a política, mas caminhamos com dignidade. Não me vejo, não consigo me encontrar nem me ver como político se, por acaso, um dia eu perder a capacidade de me indignar, meu querido companheiro e amigo, deputado Carlos Geilson.

Portanto, eu quero, aqui, fazer um protesto, um repúdio à fala dessa criatura, porque eu não sei em que mundo ele está vivendo para fazer um pronunciamento desse tipo, investido num mandato de deputado federal pelo meu País. Só tenho a lamentar, fazer esse protesto, enviar essa moção de repúdio e, lamentavelmente, dizer que o Brasil está apodrecido a partir do momento que tem cidadãos como esse investido no mandato de deputado federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado, digno representante de Feira de Santana, Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vocês que nos assistem pelo canal *TV Assembleia*, colegas e amigos da imprensa.

(Lê) “Infelizmente, a notícia que trazemos hoje a esta tribuna não é boa. E como gostaríamos que ela fosse uma notícia boa. Mas não é. É notícia ruim. É notícia péssima.

A Bahia foi reprovada. A educação baiana foi reprovada. Nossa terra teve notas baixas...”, baixíssimas, “(...) Ficamos bem abaixo das metas estabelecidas pelo Movimento Todos Pela Educação, conforme relatório que está sendo divulgado nesta quarta-feira.

O Todos Pela Educação é um movimento criado com o objetivo de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma educação básica de qualidade.

Para chegar a isso, foram estabelecidas metas anuais até 2022.

O relatório divulgado hoje toma por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2015.

A meta 1 – que prevê que toda criança e jovem de 4 a 17 anos esteja na escola – era 96,2% neste ano, e nós chegamos a 94%...”. Parece pouco, não é, de 96,2% para 94%? É verdade! “(...) Parece pouco, na frieza dos números. Mas a realidade é cruel. Isso significa que ainda temos 211 mil crianças e adolescentes nessa faixa de idade fora da escola. Vou repetir: ainda temos 211 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade fora da escola...”, esses números são na Bahia!

“(...) No caso da meta 2 – que é conclusão do ensino fundamental até os 16 anos – nós chegamos a apenas 62,3% - bem distante da meta de 84,2% estabelecida pelo Todos Pela Educação.

E no caso da meta 4 – que é a conclusão do ensino médio com até 19 de idade – o objetivo era chegar a 67,6%, mas ficamos em apenas 47,4%...”, um percentual ridículo!

“(...) Essa avaliação diz respeito à educação baiana como um todo, abrangendo todas as redes, a estadual, a municipal e a particular.

Essa pesquisa nos mostra que ainda temos muito a fazer neste que é um setor crucial para o desenvolvimento da Bahia, para a construção de um futuro melhor para a nossa juventude, para a nossa gente.

E sabemos, senhores deputados e senhoras deputadas, que só vamos ter menos violência, menos corrupção, mais saúde, mais empregos decentes e oportunidades iguais, quando tivermos uma educação de qualidade para todos.”

Faço a observação de que o fato de pessoas serem facilmente cooptadas e corrompidas pode ser não apenas fruto do nível baixo de escolaridade, porque a corrupção está em todas as esferas. Mas quanto menor for o índice de escolaridade, mais facilmente essas pessoas serão presas dos corruptos, mais facilmente essas pessoas serão corrompidas.

Então, Sr^{as} e Srs Deputados, esta é uma notícia muito ruim para todos nós, baianos. O índice é ruim tanto na rede estadual, na rede municipal, quanto na rede particular.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra à nobre deputada representante da cidade de Camaçari Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, 19 deputados baianos votaram a favor da terceirização, 13 deputados votaram contra, 5 deputados não estavam presentes, e houve uma abstenção.

Eu faço questão de ler os nomes dos deputados, um por um, e pedir aos baianos que façam, como já fizeram com um aí, no interior, cujo nome não me lembro, e que não deixou falar. Porque é uma indecência, é uma crueldade aprovar a terceirização irrestrita. Isso é o desmonte da nossa CLT, é o desmonte do trabalho decente. Por isso, deputado, vou fazer questão de, todo dia, todo mês pelo menos, lembrar aos baianos quem foram os deputados baianos que votaram a favor da terceirização.

E tem mais: os movimentos e o povo baiano estão acordando, as ruas estão cheias. Por isso, eu quero aqui também fazer um apelo para que ajudem a preparar a paralisação do dia 28. O Brasil vai parar para dizer aos golpistas de plantão em Brasília que nós não vamos aceitar o que eles querem fazer, que o povo brasileiro, e baiano obviamente, não vai aceitar esse desmonte do Estado, do nosso País, que eles querem fazer, para entregar tudo, como eles já estão fazendo, não é? Entregar para o capital financeiro, para os rentistas, para os norte-americanos e outros bichos mais.

Então eu vou começar – porque sei que meu tempo é pouco – a ler aqui nome por nome dos deputados que votaram sim no projeto de terceirização: Arthur Maia, do PPS – que inclusive é o relator da reforma da Previdência, o que é outra imoralidade, outra vergonha. Deve à Previdência e ainda é agraciado com o prêmio de ser o relator da matéria –; Benito Gama, do PTB; Cacá Leão, do PP; Cláudio Cajado, do DEM; Elmar Nascimento, do DEM; João Carlos Bacelar, do PR – esse foi o que sofreu lá no interior, em Riachão. E eu quero que o povo baiano faça a mesma coisa que fez com Bacelar, porque só assim vocês e a bancada federal vão dar uma parada para refletir que o que está acontecendo em Brasília não pode ter o aval do povo e nem dos políticos baianos –, João Gualberto, PMDB; José Carlos Aleluia, do DEM; José Carlos Araújo, do PR; José Nunes, do PSD; José Rocha, do PR; Jutahy Júnior, PSDB; Márcio Marinho, do PRB; Mário Negromonte Jr. – que também já ouviu o recadinho em Cícero Dantas –; Paulo Azi, do DEM; Paulo Magalhães, do PSD; Roberto Britto, do PP; Ronaldo Carletto, do PP; e Sérgio Brito, do PSD. Dezenove deputados baianos envergonham a sua terra votando à favor do desmonte da CLT e das leis trabalhistas. Mas não passarão, porque o povo baiano está acordando, indo para as ruas e reagindo, assim como o povo brasileiro.

Isso as “globos” não mostram, as “bands” não mostram, mas as ruas estão aí, lotadas. Foi dia 31, foi dia 1º, o povo nas ruas dizendo que não aceita essas reformas, esse absurdo que o golpista usurpador está praticando lá em Brasília.

Votaram não e merecem nossos aplausos, registro de apoio os deputados: Afonso Florence, PT; Alice Portugal, PCdoB; Bacelar, PTN; Luiz Caetano, do PT, da minha terra, meu líder; Daniel Almeida, PCdoB; Davidson Magalhães, PCdoB; Félix Júnior, PDT; Irmão Lazaro, PSC; Nelson Pelegrino, PT; Robinson Almeida, PT; Uldurico Júnior, PV; Valmir Assunção, PT; Waldenor Pereira, PT. Então, 13 deputados votaram não, e teve a abstenção do Pastor Luciano Braga, PRD.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre deputado Hildécio Meireles, nobre representante do Baixo Sul da Bahia, para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ontem nós tivemos aqui, como já falei, uma reunião na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Naquela oportunidade, Sr. Presidente, coloquei alguns dados, algumas informações que nós levantamos, como repetimos na tarde de ontem aqui no Plenário. E alguns deputados da Base do Governo, principalmente o deputado Rosemberg Pinto, trataram esses dados com um certo menosprezo ou até com desprezo, querendo dizer que aqueles dados eram inverídicos. E ainda mais: que nós deveríamos procurar estudar melhor, pesquisar melhor, para trazer para cá informações mais fidedignas.

E quero concordar com V.Ex^a, deputado Rosemberg Pinto. Na Bahia, existe uma autarquia chamada Junta Comercial do Estado da Bahia, conhecida como, Juceb. Foi criada, e V.Ex^a deve saber, pela Lei Delegada nº 1, de outubro de 1968. E a tarefa principal dessa autarquia – acho que todos os baianos sabem disso – é exatamente fazer registro inicial de todo aquele empreendimento comercial, industrial, prestador de serviço ou seja lá o que for.

Quero afirmar a V.Ex^a que aqueles dados foram todos oriundos, exatamente, da Junta Comercial do Estado da Bahia. Então, se alguém está despreparado, não teve a espontaneidade ou a seriedade de fornecer dados fidedignos são exatamente os técnicos da Junta Comercial do Estado da Bahia, que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

Portanto, sugiro a V.Ex^a que, se for o caso, mande promover uma reciclagem desse pessoal, porque os dados, repito aqui, são verdadeiros, exatamente porque foram dados extraídos de um órgão oficial do governo da Bahia.

Mas quero, ainda, acrescentar aqui, meu caro deputado Leur Lomanto, Líder da nossa Bancada, que outras informações nos têm chegado a respeito da problemática do centro de convenções de Salvador. O Conselho Baiano de Turismo, no ano passado, procurou a Bancada Federal da Bahia, todos os deputados federais da Bahia, sem distinção partidária ou ideológica. E todos os deputados da Bancada Federal da Bahia reservaram R\$ 100 milhões de suas emendas, para serem aplicados na reforma ou na construção de um novo equipamento daquela equivalência, de um novo centro de convenções para Salvador. E até hoje o governo da Bahia não tomou nenhuma iniciativa, o que comprova que nada mais é do que, de fato, má vontade com este segmento da atividade empreendedora da nossa Capital.

O próprio Conselho Baiano de Turismo afirma que a última vez que o Centro de Convenções fora utilizado foi exatamente no ano 2013, em um congresso médico que foi interrompido por falta de condições do equipamento em continuar realizando aquele evento. A cidade perdeu um faturamento de aproximadamente R\$ 500 milhões, por falta de novos congressos na cidade de Salvador.

E ainda mais: a capital baiana, deputado Luciano Ribeiro, possuía 440 hotéis que dependiam diretamente desses congressos para que tivessem um faturamento capaz de absorver os seus custos e manter aqueles negócios em continuidade. E cerca de 10 mil bares e restaurantes tinham suas receitas atreladas, em parte, ao fluxo de turistas de Salvador que vinham aqui participar de congressos.

Portanto, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, essa é a importância de nós, membros desta Casa, nos aprofundarmos na Comissão Parlamentar de Inquérito, para ver se dessa forma conseguimos abrir os olhos do governo, para que ele consiga enxergar a importância da atividade turística em nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre deputado Adolfo Menezes, nobre representante da cidade de Campo Formoso, para se pronunciar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, falar no turismo, como o deputado Hildécio estava falando, infelizmente, é um problema, deputado Hildécio, de todo o Brasil. Claro, a Bahia passa por um momento difícil, tem o pior aeroporto do Brasil.

Há poucos dias, eu chegava de viagem e nem papel tinha no banheiro de desembarque. Nem papel, numa cidade como a nossa Salvador, uma das principais cidades do País. Ainda bem, a meu ver, que foi privatizado. A gente espera que essa empresa francesa transforme esse aeroporto como a cidade necessita. Vemos o aeroporto de Brasília, de São Paulo, de Guarulhos e outros que foram privatizados com uma melhoria muito grande. Então esperamos que esse equipamento seja entregue o mais breve a todos os visitantes.

Mas é um problema de todo o País, deputado Hildécio. O Brasil, que tem todas as riquezas, um dos mais belos países do mundo. Mas, infelizmente, temos aqui um dos principais problemas que afasta os turistas, que é a violência.

No mundo inteiro, as notícias que saem do Brasil são as piores. É notícia de violência, são arrastões, assaltos a bancos. Acho que é o único país do mundo que a gente vê... e não é possível que com a tecnologia que dispomos – os bancos, principalmente, são uns dos mais modernos e com mais tecnologias no mundo – não tenhamos a tecnologia para nos precaver, para ter a segurança contra esses assaltos, contra essas explosões que vemos diariamente em todos os estados.

Estive há poucos dias em Cuba. Imaginem um país que está fechado há quase 50 anos e já está recebendo 3 milhões de turistas. E não dispõe nem de longe da capacidade do nosso País em infraestrutura. Mas, em se tratando dessa praga que está no nosso País, a falta de segurança, deputado Joseildo, em Cuba não se ouve falar em violência. Pelos menos, até então.

Então, o Brasil que poderia receber 30, 40 milhões de turistas, não sai há anos, há décadas da faixa de 5 a 6 milhões de turistas. É uma vergonha! Estamos perdendo para a Argentina. Para o Chile nem se fala. E para muitos outros países. É claro que temos a questão da distância. É um país que fica muito distante. Mas a Argentina fica muito mais distante ainda, porque fica lá embaixo no sul, e recebe mais turistas do que o nosso País.

Então, torcemos pela nossa Bahia, por um novo Centro de Convenções, que, tenho certeza, o governador Rui Costa vai conseguir entregar. É um governador que sabe onde quer chegar. Ele está fazendo uma revolução nos meios de transporte da Bahia como nenhum governador fez. Não é fácil. Mais de 70% de recursos da Bahia... num momento em que o Brasil passa pela pior crise nos últimos 70 anos, 2015 e 2016 com crescimento negativo, o que nunca aconteceu nessas últimas décadas... e o governador Rui Costa ainda está conseguindo, como foi demonstrado.

A Bahia investiu, presidente, V.Ex^a sabe muito bem, mais do que o Estado de São Paulo, o estado mais rico da nossa Federação, nesses anos. Proporcionalmente, a Bahia investiu muito mais. Isso se deve à gestão do governador Rui Costa, numa época em que 23 governadores não conseguem pagar o salário em dia. Então, temos que aplaudir.

É claro que faltam vagas em hospitais, faltam estradas, falta água, falta tudo, até porque a Bahia é um dos maiores estados da nossa Federação. Mas, quer queira quer não, mesmo sendo da Oposição, não se pode deixar de reconhecer a grande gestão que o governador Rui Costa faz nesse momento de dificuldades que o Brasil atravessa, como nunca vimos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre representante de Alagoinhas, deputado Joseildo Ramos, o desassombrado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa aqui presente, subo a esta tribuna para ressaltar o sentimento de repulsa que paira sobre a sociedade brasileira. Mais precisamente, quero falar dos capitalistas, daqueles que detêm o capital nacional e que cerraram fileiras para o golpe e pelo golpe, apoiando o atual presidente golpista Michel Temer. E essa turma está abandonando o “titanic”!

Na política, é sintomática a fala de Renan Calheiros, desembarcando e se dizendo na oposição a esse governo que, até hoje, não inaugurou um caminho próximo do sentimento do brasileiro médio. Também na política, aqueles que foram às ruas bater panelas, no domingo retrasado minguaram, nem sequer a metade compareceu, com vergonha de terem ido para a rua brigar contra a corrupção e, no final, deram de cara com o maior conjunto de corruptos rodeando o presidente, algo que não se tem nenhum parâmetro de comparação com qualquer lugar do mundo.

Na economia não é diferente. Só os rentistas, só os banqueiros estão apoiando o governo Temer. Logo, logo vão desembarcar do “titanic”.

Os industriais, os empresários estão perplexos e nunca viram um desmonte do interesse nacional de maneira tão aguda, de maneira tão perversa, atacando o que temos de melhor na indústria de base. A indústria petroleira está sendo entregue e, com ela, a indústria pesada, a indústria naval. Dezenas e dezenas, aliás, centenas de milhares de trabalhadores saíram dos estaleiros, que estão às moscas. E agora atacaram o agronegócio naquilo, vereador Thor, que ele tinha de melhor: os frigoríficos.

Com a Operação Carne Fraca, abrimos para o mundo a perspectiva e a prova de que o presidente é frágil, é fraco, não tem liderança, porque ele tinha as informações daquela malfadada, nefasta operação da Polícia Federal midiática, e nem sequer abortou aquela situação.

A construção civil está colocando na borda da necessidade de trabalho engenheiros civis com muita experiência, que estão desempregados. É calamitoso o desmonte do BNDES, que é o maior vetor de financiamento daquilo que pode ser algo de alta tecnologia nessas áreas que acabamos de falar. Aplicaram um garrote no BNDES, que, hoje, não cumpre o seu papel. E o que é pior, contingenciaram R\$ 10 bilhões em investimentos!

É por isso que o Sr. Ricardo Barros, engenheiro civil e atual ministro da Saúde, está desmontando um dos programas mais exitosos de Atenção Básica à Saúde, que é o Programa Mais Médicos, fazendo minguar aquele programa que tem o apoio, que tem a aprovação de 90% dos usuários!

Isso não deixa de ser sintomático para um presidente que não tem a confiança de 78% dos brasileiros. Um presidente que não pode falar em público, um presidente que nem sequer teve a oportunidade de falar para o povo de Monteiro quando foi inaugurar a transposição de águas do São Francisco, obra que teve o patrocínio dos governos Lula e de Dilma. É este o País que estamos vivendo, indo na contramão do interesse estruturante da sociedade brasileira!

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao nobre representante de Juazeiro da Bahia e da região do São Francisco, deputado Zó.

Antes, quero pedir desculpas ao deputado Angelo Almeida, pois estou dizendo a origem dos deputados, mas, precipitadamente, esqueci de dizer que V.Ex^a é um nobre representante de Feira de Santana e região.

O Sr. ZÓ:- Do São Francisco, Sr. Presidente, somos eu e os demais colegas, porque todos nós tivemos votos em algum lugar de lá, já que o Rio São Francisco é pai, é mãe e é pátria grande. Aliás, o rio é santo e o santo é rio.

Em 4 de outubro desde ano fará 516 anos da invasão portuguesa, porque descoberto ele já era pelos índios cariris, que habitavam as margens do São Francisco, pois foram empurrados do litoral pelos portugueses que aqui chegaram e invadiram. Entretanto, ao falar do Rio São Francisco, eu me preocupo com mais uma questão. Desta vez não vou tratar das águas, não, porque já falei aqui e as pessoas conhecem a situação do nível do Lago de Sobradinho, já sabem que 50% dos seus afluentes estão mortos.

Mas vou falar, hoje, meu querido Bobô e meu querido jurista deputado Luciano Ribeiro, sobre a questão da Justiça. Recebi uma ligação do vereador do PCdoB de Pilão Arcado, o Antônio Medeiros, que é servidor da Justiça, e outra do servidor público, amigo e também militante do PCdoB, o advogado Michel Amaral. E estou aqui com o documento da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Juazeiro, hoje dirigida por Dr. Aderbal.

Já temos um problema em Campo Alegre de Lourdes, que não tem comarca – Marcelino Galo conhece bem esse município –, e por isso as pessoas andam 93 quilômetros de chão e mais 16 quilômetros de asfalto para ir a Remanso resolver seus problemas na Justiça.

E agora estamos recebendo com preocupação a notícia da possibilidade de fechamento das Comarcas de Curaçá e de Pilão Arcado, minha terra. Sr. Presidente, Pilão Arcado tem 12 mil Km², e para se chegar a Juazeiro são 280 quilômetros; mas há comunidades de Pilão Arcado que ficam a 200 quilômetros da sede.

Imaginem, em um País como o nosso, que clama por Justiça, o cidadão ou a cidadã ter de se deslocar 200 quilômetros da sede de Pilão Arcado e mais 70 quilômetros para Remanso, andando em estrada que apresenta dificuldade. Se for no Brejo – quem conhece o Brejo, em Pilão Arcado? Já convidei Bobô para ir lá –, tem que andar em camionete traçada com pneus 15 libras, senão não anda, Angelo, porque lá é um areião puro.

Então essa situação é preocupante, querido Targino Machado, porque o Judiciário disse que não tem recursos. Nós brigávamos pela câmara da região Norte, para levar a Justiça ao interior. Fechou em Barreiras por causa de recursos; já não vai para Juazeiro, naturalmente. E alegam a questão do volume de ações, do custo. Mas aí nós vamos falar o que a OAB diz aqui no seu documento: o cidadão! O Estado tem de pensar, quando trata do atendimento ao cidadão, não somente na questão custo/benefício, mas também que lá tem um cidadão e uma cidadã que pagam impostos e que precisam ser atendidos! A Constituição prevê isso, como diz o deputado Bobô.

Essa é uma preocupação que quero deixar registrada aqui na Assembleia, para que nós possamos buscar um caminho. E aí a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Orçamento terem essa discussão com os deputados que aqui estão, meu caro Hildécio – V.Ex^a que conhece muito essa questão de orçamento por ser servidor dessa área –, para ver como vamos tratar esse assunto. O que não pode são os cidadãos e as cidadãs ficarem a 300 quilômetros da Justiça, com estradas ruins como a de lá na minha querida Pilão Arcado; Campo Alegre já é penalizada por isso.

Sei que isso vai acontecer em outras regiões. É bom os colegas deputados e deputadas se atentarem para esse fato, já que essa discussão vai tomar conta do Estado da Bahia, na medida em que o Judiciário argumenta falta de recursos. E como é que vamos tratar isso? Ainda não sei, mas precisamos tratar, porque o cidadão e a cidadã da região Norte, que já sofrem com a seca, que já sofrem com a falta de tantas outras coisas, têm que clamar a Justiça. E aí vai faltar a Justiça? Vai faltar o Poder Judiciário lá perto?

Quero dar as mãos ao Poder Judiciário e à OAB na busca de soluções para que a gente não deixe faltar esse princípio constitucional elementar, que é o Poder Judiciário para os cidadãos e as cidadãs da região Norte, principalmente aqueles de Pilão Arcado, Campo Alegre e Curaçá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Por 5 minutos, com a palavra o deputado Targino Machado, representante de Feira de Santana, São Gonçalo e adjacências.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Da Bahia inteira, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Galerias, caros funcionários, senhoras e senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna hoje para dar uma pincelada a respeito de um problema grave, que é o da segurança pública.

(Lê) “Na Síria, um país em guerra, morrem 50 mil pessoas assassinadas por ano.

No Brasil, em plena democracia, morrem mais de 59 mil pessoas assassinadas por ano.

Na Bahia, o Estado brasileiro com maior número absoluto de homicídios, morrem mais de 6 mil pessoas assassinadas, em média, por ano.

Estes números deveriam afligir os nossos governantes.

Os homicídios ocorridos na Bahia são de responsabilidade do Estado, pois é dele a responsabilidade constitucional pela segurança pública.

A nossa sociedade está órfã de referências, de modelos e de lideranças políticas responsáveis, salvo algumas exceções.

Por isso os cidadãos agem como se valesse a regra: cada um por si. O tecido social se rompe. A política deveria garantir o céu, ao contrário disto, não tem conseguido evitar o inferno. E ao inferno chega-se quando o governo abandona a sociedade a sua própria sorte.

Todos na sociedade desejam limites que devem ser oferecidos pelo Estado. Todos precisam acreditar nos valores fundamentais da vida, buscar o senso comum para incentivar o valor da política, da vida pública. Não podemos abandonar em nome do consenso a repressão.

É necessário leis claras e aplicáveis, punições proporcionais aos delitos e muito bom senso, pois desta união entre bom senso e repressão há de surgir uma sociedade mais equilibrada, onde haverá repressão tanto para o cidadão que comete crime, quanto para o governante que se desvia.

Acredito na força da educação e na força da polícia. Quanto mais educação, menos polícia.

Convido o governador Rui Costa a ficar de frente para a sociedade e os seus problemas, sendo que a violência aflige a todos e parece não afligir o governador.

Que o governador saia da propaganda institucional e assuma o papel de tutor da sociedade, que abandone o mundo irreal da propaganda e, unindo bom senso e repressão, promova a paz para a sociedade baiana.

Não temos, Sr, Governador, nenhuma tragédia natural no nosso Estado, mas o governo de Vossa Excelência está permitindo a dilaceração da sociedade com tantas perdas de vidas humanas evitáveis.

Os milhões investidos, diariamente, em propaganda irreal pelo governo da Bahia, se fossem investidos no consenso e na coersão, não estaríamos neste estado de guerra, em plena democracia.

Queremos paz senhor governador!”

Este é o apelo que deixo a V.Ex^a, aqui representando tantos e tantas baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Aderbal Fulco Caldas por 25 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo um levantamento, um apanhamento da violência do trânsito em nosso País, cheguei à conclusão que é pior do que qualquer epidemia das que nos ameaçam. A maior epidemia que está ceifando mais vidas é a violência no trânsito.

E eu quero aproveitar a oportunidade para fazer um voto de profundo pesar pelo falecimento de duas pessoas na semana próxima passada: o filho do vereador Carlos Luciano de Barro Alto, que completou 20 anos no dia do seu sepultamento e o vice-prefeito da cidade de João Dourado, Adriano Alves Nunes, ambos morreram vitimados por acidente de trânsito de motocicleta, que é o que há de mais grave.

(Lê) “Senhores Deputados, senhoras Deputadas, Os meios de comunicação divulgam frequentemente números assustadores de mortes causadas por acidentes de trânsito no Brasil. As estatísticas apontam que esses números vêm aumentando bastante, colocando as autoridades e as instituições ligadas ao setor em estado de alerta. O assunto tem sido pauta de encontros nacionais e internacionais no Brasil, um dos líderes em ocorrências fatais no trânsito.

Em pronunciamento durante a realização de um congresso em Salvador, o presidente da Federação Nacional das Associações de Detran – Fenasdetrans, Mário Conceição, afirmou: 'Não existe pena de morte nas leis brasileiras, mas no trânsito ela já foi decretada'. Segundo o dirigente, 'o número de veículos no Brasil mais que duplicou nos últimos 10 anos e a infraestrutura não acompanhou esse aumento, daí que o país é agora o oitavo do mundo em mortes de trânsito'.

Os altos índices de mortes no trânsito levou o Ministério da Saúde considerar esses eventos uma verdadeira epidemia, cujo “vírus” mais letal chama-se motocicleta. Somando-se as vítimas fatais de acidentes envolvendo todos os meios de transporte, as motocicletas representam 50% desse total.

Os acidentes envolvendo motos já são a principal causa de ocorrências de trânsito no País, ultrapassando os atropelamentos de pedestres. Atualmente, mais da

metade das internações pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são de motociclistas, que respondem por 3/4 das indenizações do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT.

De acordo com estatística do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), o País tinha uma frota de 23 milhões de motocicletas em 2014, o que correspondia a 27% da frota nacional. Apesar das motos representarem pouco mais de 1/4 da frota, o seguro DPVAT pagou, em 2014, 580 mil indenizações, o que correspondeu a 76% do total.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a cada ano 45 mil pessoas morrem em acidentes de trânsito no Brasil, sendo que esse número se refere apenas as vítimas que falecem no local da ocorrência, não sendo contabilizados os óbitos que ocorrem após os acidentados serem conduzidos aos hospitais. Portanto, esse número pode ser duplicado somando-se o total de vítimas fatais.

O representante da Cruz Vermelha Brasileira, José Mauro Braz de Lima, consultor do Departamento Nacional de Educação e Saúde da entidade, também alertou para o nível de acidentes graves e fatais no Brasil, que ocupa as primeiras posições entre os países com maior número de mortes no trânsito.

O Brasil apresenta uma taxa de 23,4 mortes no trânsito para cada 100 mil habitantes, segundo estimativas divulgadas pela OMS – Organização Mundial de Saúde, em Genebra, na Suíça. O país tem o quarto pior desempenho no continente, atrás de Belize, República Dominicana e Venezuela. A OMS também estima que o número de mortos nas estradas em todo o mundo pode chegar a 1 milhão por ano, em 2030.

A Seguradora Líder-DPVAT pagou, em 2014, mais de 760 mil indenizações do Seguro DPVAT a vítimas de acidentes de trânsito em todo o Brasil. São crianças, jovens, idosos, trabalhadores que sofrem com a violência das ruas e estradas do País. O número é 20% superior ao registrado em 2013. No total, o valor pago atingiu 3,9 bilhões de reais. O levantamento do Seguro DPVAT aponta que 78% das indenizações pagas correspondem à cobertura de invalidez permanente, 15% de reembolso de despesas médicas e 7% de morte. Das indenizações pagas por morte, 50% foram destinadas a motoristas, 31% a pedestres e 19% a passageiros.

Em 2014, 76% das indenizações pagas foram para acidentes envolvendo motocicletas - o veículo de duas rodas representa 27% da frota nacional. Das indenizações pagas no período, 82% foram referentes à invalidez permanente. O restante (18%) para mortes e reembolso de despesas médicas. Foram mais de 580 mil vítimas em acidentes com motocicleta.

Segundo o presidente do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), José Aurélio Ramalho, a sociedade trata os acidentes de trânsito como fatalidade, o que é um equívoco. 'Não é o veículo que mata, mas sim as pessoas – é gente matando gente. Em dez anos, foram mortas meio milhão de pessoas', destacou.

A linguagem e os conceitos, para ele, precisam ser revistos. 'Nós vemos nos noticiários que um caminhão ou um carro matou alguém - está errado! Foi a

embriaguez, o uso do celular, a alta velocidade, que causaram aquele acidente', completa.

José Aurélio Ramalho lembra que os acidentes nas vias e rodovias do país geram custos próximos de 52 bilhões de reais ao ano no Brasil. Isso sem considerar as perdas de vidas e as sequelas permanentes que muitos deles causam às pessoas. Ramalho lembra que cerca de 60% dos leitos hospitalares no Brasil são ocupados por vítimas de acidentes, o que ocasiona menor redução de oferta para o atendimento às outras causas.

A falta de cidadania e de solidariedade social através de um modelo político, o incentivo ao individualismo através de um modelo econômico que tornou os indivíduos mais consumidores do que cidadãos e a alienação provocada por um processo de fragmentação do homem e do conhecimento, fizeram com que o país chegasse a uma profunda crise de valores onde o respeito ao indivíduo não tem espaço e onde a vida vale muito pouco. Os acidentes de trânsito são um reflexo desta crise de valores e se transformaram num dos mais graves problemas que a população brasileira enfrenta nos seus deslocamentos, principalmente para as crianças e adolescentes.

Qualquer programa de redução de acidentes deveria seguir três etapas fundamentais: a) conhecimento do problema, através de dados e informações, incluindo uma reflexão sobre os aspectos relacionados com a estrutura política e social; b) definição dos objetivos prioritários a alcançar; e c) escolha das medidas mais apropriadas para tratar do problema, que não se restrinjam à abordagem da engenharia de tráfego, mas também da fiscalização e da educação para o trânsito.

A educação para o trânsito, e especialmente a do público infanto-juvenil, é também um instrumento que pode contribuir para a redução dos acidentes de trânsito, a médio e a longo prazos, através da mudança de comportamentos de risco e do desenvolvimento de comportamentos adequados, da consciência da responsabilidade individual e do respeito aos direitos dos outros. A sociedade pode conseguir mais facilmente que seus cidadãos desenvolvam estes valores se, desde cedo, as crianças e os adolescentes forem educados, para que, quando adultos, tornem-se pedestres e, principalmente, motoristas mais conscientes.

A maneira mais eficiente de diminuir os acidentes de trânsito é a educação, base de um processo longo, cujo resultado é demorado, diz Patrícia Gejer, especialista em segurança viária do Cesvi Brasil (Centro de Experimentação e Segurança Viária). E a educação deve andar de mãos dadas com a fiscalização e a punição. Um exemplo bem-sucedido de mudança de mentalidade foi a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança.

Educar para o trânsito não se limita apenas a ensinar regras de circulação, mas também deve contribuir para formar cidadãos responsáveis, autônomos e comprometidos com a preservação da vida. Diante do quadro de violência que vem se apresentando no trânsito e também em outras esferas sociais, torna-se necessário o envolvimento de toda a sociedade nessa tarefa de educar, na qual a família e a escola são a base formadora e não podem se eximir de tal responsabilidade.

Respeito, cortesia, cooperação, solidariedade e responsabilidade constituem os eixos determinantes da transformação do comportamento do homem no trânsito. E, por isso, devem ser passados de geração a geração.

E esta não é uma tarefa muito simples e fácil. Pois, para transformar uma sociedade, é importante a participação, conscientização e o desejo de cada criança, adolescente, adulto ou idoso. É necessário que os pais, professores, empresários e as próprias autoridades percebam como atitudes corretas no trânsito podem salvar vidas.

Com informação, educadores e estudantes podem iniciar os primeiros passos na educação para o trânsito e avançar em busca dessa consciência, comprometidos com a valorização da vida.

O excesso de velocidade, a falta de uso dos itens de segurança e a mistura perigosa entre a bebida alcoólica e direção são alguns dos principais motivos de acidentes de trânsito em todo o mundo, levando mais de 1,2 milhão de pessoas a óbito por ano, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU.

A desobediência às leis de trânsito, sem dúvida, é um dos fatores que motivam os acidentes com vítimas graves e fatais. É impressionante a quantidade de motociclistas que não param no sinal vermelho, colocando em risco a vida dos pedestres que atravessam a rua assustados, pois sabem que a qualquer momento pode surgir uma moto conduzida por um desses condutores irresponsáveis.

Por sua vez, os pedestres também devem observar as regras básicas de segurança para que o seu deslocamento nas vias públicas seja realizado sem riscos de atropelamentos, que podem ter consequências graves e até causar a morte. Uma das regras básicas: sempre atravessar uma rua na faixa para pedestres ou em local que tenha um semáforo.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), perseguir a preservação da vida e a prevenção de acidentes de trânsito, constitui obrigação das autoridades que compõem o Conselho Nacional de Trânsito. O CTB então preceitua que os 'órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio ambiente'.

O Ministério da Saúde sabe mais do que qualquer outra instituição governamental, que os acidentes de trânsito, seja no ambiente rodoviário ou não, constituem um problema importante para a saúde pública em virtude do grande impacto na morbidade e mortalidade. Vale lembrar que numa publicação sobre desigualdades na mortalidade por acidentes de trânsito, o órgão alertou para o impacto negativo dos acidentes sobre a saúde da população brasileira, a perda de anos de vida livres de incapacidade, a redução da expectativa de vida dos adolescentes e jovens, além dos altos custos sociais e econômicos impostos ao sistema de saúde e previdenciário.

Recentemente, o nobre deputado Reinaldo Braga encaminhou um projeto de lei que institui a Semana Estadual de Prevenção a Acidentes com Motociclistas, que tem o objetivo de motivar uma ampla discussão sobre o tema, envolvendo a classe

política, autoridades públicas e sociedade civil, visando diminuir os altos índices de mortes no trânsito. Proponho que o projeto seja colocado em pauta para discussão e votação e, sendo aprovado, será mais uma forma de buscarmos soluções para o grave problema que atinge a todos nós.

Nos dias 26 e 27 de outubro, serão realizados em Salvador o 10º Congresso Brasileiro e o 6º Congresso Internacional “Trânsito e Vida”, evento promovido bienalmente pela Federação Nacional das Associações de Detrans – Fenasdetrans, que tem como presidente o baiano Mário Conceição. O tema deste ano é “Segurança e Mobilidade Urbana”: as ações da década foram suficientes? O objetivo do encontro é reunir autoridades, executivos, técnicos, sindicalistas e profissionais da área para um debate amplo e troca de experiências sobre o trânsito no Brasil e no mundo.

Desde a sua primeira edição em 2001, o encontro vem reunindo o maior número de especialistas, estudiosos e profissionais nacionais e internacionais de diferentes áreas relacionadas ao trânsito, a fim de proporcionar a Educação para o Trânsito, bem como reduzir os acidentes de trânsito no Brasil.

Sugiro aos nobres deputados e deputadas promovermos em plenário uma ampla discussão sobre o tema, convidando autoridades e especialistas, a fim de que seja redigido um documento final contendo sugestões, que será encaminhado à coordenação do Congresso como uma colaboração da Assembleia Legislativa da Bahia, visando agregar esforços no sentido de promovermos a redução dos índices de mortes no trânsito.

Está próxima a realização em todo o território nacional da 4ª edição do movimento Maio Amarelo, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. A intenção é colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada para efetivamente discutir o tema, engajar-se em ações e propagar o conhecimento, abordando toda a amplitude que a questão do trânsito exige, nas mais diferentes esferas.

Acompanhando o sucesso de outros movimentos, como o 'Outubro Rosa' e o 'Novembro Azul', os quais, respectivamente, tratam dos temas câncer de mama e próstata, o 'MAIO AMARELO' estimula a promoção de atividades voltadas à conscientização, ao amplo debate das responsabilidades e à avaliação de riscos sobre o comportamento de cada cidadão, dentro de seus deslocamentos diários no trânsito.

Cabe a todos que circulam nas vias públicas ou nas estradas, seja caminhando, pedalando uma bicicleta ou conduzindo um veículo motorizado participar de um grande mutirão para desenvolvermos no trânsito uma direção defensiva e um comportamento solidário, respeitando as leis e o direito das outras pessoas, com o objetivo de que a vida seja preservada e o trânsito no Brasil seja equiparado ao praticado nos países mais desenvolvidos do mundo.”

Era o que tinha a dizer, Srs. Deputados.

O Sr. Angelo Almeida:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Tem o aparte, V.Ex^a.

O Sr. Angelo Almeida:- Deputado, quero parabenizar V.Ex^a por essa preocupação e pelo pronunciamento extremamente pertinente. Porque nos angustia a todos e lá em Feira de Santana temos o Hospital Geral Clériston Andrade. Nós que temos aproximação com as pessoas da cidade, sabemos do sofrimento de famílias e famílias por conta de acidentes com motocicletas, não só em Feira de Santana como no seu entorno, são cerca de 120 municípios. Calcule, deputado, que em qualquer dessas cidades que compõem o Território Portal do Sertão, o Território do Sisal, o Território da Bacia do Jacuípe, via de regra, qualquer acidente de moto com lesões de crânio, traumatismo craniano, essas pessoas se dirigem, obrigatoriamente, ao Hospital Clériston Andrade.

Quero, aqui, fazer uma saudação especial a um cidadão chamado Dr. Pitangueira, ex-vereador de Salvador, que foi encaminhado como diretor daquele hospital, se não estou enganado, pelo nosso senador Otto Alencar. Ele é um gladiador, trava uma luta intensa para manter aquele hospital em pé, funcionando, dando conta desses graves problemas que afligem o hospital. Digo isso, porque, inclusive, tenho um filho que é neurocirurgião e que dá plantão nesse hospital uma vez por mês e sabe que é uma tragédia. É uma lástima o que acontece no nosso Estado com essa questão dos acidentes de motocicleta. É necessário que se faça uma campanha mais intensa e V.Ex^a está de parabéns por trazer para esta agenda um tema tão relevante como este.

Parabéns, deputado, vamos trabalhar no sentido de viabilizarmos uma campanha educacional para conscientizar as pessoas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, ele vem enriquecer este nosso pronunciamento.

Então, convido a todos para abraçarmos essa luta, porque o trânsito, na realidade, mata mais do que a febre amarela, do que qualquer outra doença. É um problema muito grave e, ciente desses dados estatísticos, é nosso dever abraçar e pôr em prática essa luta em defesa da vida e da integridade das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Dando seguimento à sessão, iniciamos o horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Se V.Ex^a permitir, falará o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões Filho):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto fazendo uso completo do horário, 12 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, servidoras, meu querido presidente, estimulei-me a falar aqui após conversar, ontem, com as deputadas Luiza Maia, Neusa Cadore, Fátima Nunes e Maria del Carmen, e quero estender às outras deputadas aqui presentes e que fazem

parte desta Casa, que nós, do Partido dos Trabalhadores, especialmente eu, somos muito críticos em relação à *Rede Globo* de televisão. Fiz duras críticas à *Rede Globo* e faço, pelo seu histórico. A *Rede Globo* apoiou o Golpe Militar de 64, apoiou esse golpe que tirou a presidenta Dilma e tem, na sua programação, estímulos a várias posições em contradição com o que pensa a cidadania brasileira. Mas, também, não posso deixar de omitir, e a nossa bancada, uma posição que a direção da *Rede Globo* tomou esta semana. Todos os jornais publicaram o assédio sexual praticado pelo ator José Mayer a uma funcionária da *Rede Globo* de televisão, e que não é de hoje que esse cidadão utiliza da sua prerrogativa de ator de primeira linha da *Rede Globo* para assediar as mulheres. Houve diversas denúncias que só agora vieram à tona. Hoje mesmo tem uma fala de uma suposta alusão da nossa querida amiga e atriz Camila Pitanga, ou seja, as mulheres tomaram a decisão de pressionar a *Rede Globo* de televisão para que pudesse fazer um questionamento à atuação daquele cidadão.

Acho que isso não exime a *Rede Globo* de televisão das suas posições contra a cidadania, mas de qualquer maneira merece ser referenciada a atitude de retirar das atuações da *Rede Globo* de televisão esse ator, que, sem dúvida alguma, não condiz com a relação diária com trabalhadores do setor de teatro, cinema e televisão, assediando as mulheres na relação de contracenar os seus papéis com as atrizes.

Por outro lado, meu querido deputado Hildécio Meireles, ontem fiz uma brincadeira na Comissão, falei que se aquela tese que foi apresentada fosse escrita por um aluno meu, eu pediria para ele refazer, porque realmente continham informações que traziam contradições. V.Ex^a hoje levantou isso aqui novamente. Não gosto de fazer isso, mas só para não ficar registrado o equívoco, o governo federal tomou uma medida no ano passado de desburocratizar a desativação de diversas empresas, porque para desativar as empresas e registro nas juntas comerciais no Brasil inteiro era necessário apresentar certidão negativa da Receita Federal. O governo federal tomou uma medida para retirar essas prerrogativas para que pudesse desburocratizar e as empresas tirem os registros nas juntas comerciais.

Aqui na Bahia aconteceu isso, várias empresas que estão saindo do registro da Junta Comercial, na sua grande maioria eram empresas que já não funcionavam há muito tempo, mas que estão aproveitando, deputado Joseildo Ramos, dessa prerrogativa que o decreto lhe conferiu do ponto de vista de que os débitos seriam vinculados ao CPF dos sócios, mas retiraria as empresas.

Então, quero dizer aqui que se V.Ex^a ligar para o diretor-presidente ou o secretário-geral da Junta Comercial ele lhe vai informar, ou seja, há mais criação de empresas nessa área do que exatamente fechamento nos últimos 12 meses. O que aconteceu para esse número significativo foi em função dessa retirada da burocracia, e as empresas que já estavam fechadas, apenas regularizaram a sua situação na Junta Comercial. Quando fazemos tese temos que pesquisar, essas coisas vêm à tona, por isso que fiz aquela brincadeira ontem na Comissão.

Quero também aproveitar esse momento, deputado Joseildo Ramos, ouvi aqui mais uma vez deputados no Pequeno Expediente falando sobre o Centro de Convenções da Bahia.

Há pouco, conversava com o deputado Bobô. Eu estava lendo uma reportagem sobre uma crítica feita pelo prefeito de Salvador ao governador Jacques Wagner ao dizer que o então governador havia prometido a recuperação da Feira de São Joaquim e a promessa não foi cumprida, deputado Adolfo Viana.

Logicamente, é verdade que o governador tinha a revitalização da Feira de São Joaquim como uma de suas metas. Mas, em momento algum, o então governador afirmou a data da entrega da revitalização da feira, até porque isso não compete a nenhum governador ou a nem ao prefeito.

Por outro lado, o deputado Bobô tem razão quando disse, há pouco, a respeito do mesmo acontecido ao prefeito ACM Neto por ter prometido a recuperação e a revitalização do Aeroclube desde 2014. E, até então, isso, também, não aconteceu.

Então, eu lamento essas colocações feitas aqui.

Eu acho até, quer dizer, eu não costumo personalizar fatos aqui. Mas, de qualquer maneira, o prefeito de Salvador está um pouco assim de uma maneira que eu não tenho entendido ultimamente. Ontem mesmo, ele foi à imprensa defender Michel Temer.

Eu fico abismado, porque ninguém, hoje, consegue fazer a defesa deste presidente, pois ele é um presidente denunciado por corrupção, um presidente que retira o direito dos trabalhadores, um presidente com a pior aceitação por parte da população em toda a história brasileira.

Eu vejo o prefeito de Salvador ir às ruas defender Temer sob a alegação de que se cair mais um presidente da República em tão pouco tempo, isso seria um desastre para o Brasil. Desastre, para o Brasil, é a permanência de Temer como presidente! Isso é um desastre para o Brasil e para os brasileiros!

Disse o deputado Marcelo Nilo aqui ontem que a única coisa em funcionamento neste País era a exportação da carne para os diversos países do mundo. E o Sr. Ministro da Justiça acabou com isso, pois a exportação era algo positivo para a sociedade brasileira. O seu governo, de uma forma atabalhoada, criou um problema sério para os diversos pecuaristas, comerciantes, donos de frigorífico e toda as pessoas que vivem dessa atividade.

Então, meus queridos deputados Angelo Almeida e Bobô, eu lamento alguém ir a público e fazer a defesa cega de um presidente com 85% de rejeição da população brasileira! Vejam, este é o pior índice de rejeição a um presidente da República na história do Brasil. O homem, Temer, aposentou-se aos 55 anos de idade e ele, de uma forma deslavada, repito, deslavada, defende o fim deste tipo de aposentadoria.

Se ele tivesse vergonha na cara, a primeira coisa que ele tinha de pedir era a desaposentadoria dele para ele poder entrar no mesmo regramento que ele está propondo para a sociedade. Uma pessoa dessa tem de ter vergonha, pois não há cabimento propor à sociedade algo diferente do que se convive no dia a dia. Não se pode fazer isso. Este presidente Temer não merece ser defendido por ninguém!

Eu lamento quem esteja fazendo esse tipo de defesa pública. Quem faz isso não pode falar do ex-governador Jacques Wagner nem do atual governador Rui Costa,

pois este último, aqui em nosso Estado, consegue fazer com que a Bahia passe por esta crise econômica com os servidores recebendo os seus salários dentro do mesmo mês e, com todas as dificuldades, atende a todos os setores. Há de se ressaltar a inauguração de obras todas as semanas.

E, aqui, para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer ao governador Rui Costa, porque ele irá ao evento. Ao mesmo tempo, convido todos os deputados a sair de Potiraguá, no sábado, para dar a ordem de serviço da recuperação da estrada de Potiraguá à BR-101, a fim de que se possa melhorar a trafegabilidade naquele local.

E, ainda na segunda-feira, há o lançamento do edital da recuperação da estrada entre as cidades de Iguai, Nova Canaã e Poções em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), pois esta é a melhor massa asfáltica existente, a fim de que se possa ter uma estrada com boa trafegabilidade em boas condições durante muito tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão, na seguinte ordem, os deputados Adolfo Viana por 6 minutos e Heber Santana por 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi, atentamente, o discurso do deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT, nesta Assembleia Legislativa. Eu fico impressionado com a capacidade que eles têm de construir o discurso da conveniência. Eles eram governo federal e não falavam absolutamente nada com relação às ações do governo federal. Eles pertencem ao governo do Estado da Bahia e não falam absolutamente nada com relação aos problemas da Bahia. Agora, eles resolvem atacar, a todo momento, o ex-aliado de primeira hora deles, o atual presidente Michel Temer.

Ora, eles, realmente, são muito bons de discursos e de palanque! Digo isso porque eu não ouvi aqui, em momento nenhum, a voz do deputado Rosemberg Pinto fazer menção ao problema da segurança pública do nosso Estado. Aqui, eu não ouvi o deputado Rosemberg Pinto dizer que quer apurar os problemas do Centro de Convenções.

Mas o discurso da conveniência e o discurso de atacar o seu aliado de primeira hora são muito fáceis. Deputados Heber e Luciano, é muito fácil subir a esta tribuna e fazer o discurso da conveniência.

O deputado Rosemberg Pinto deve voltar a esta tribuna para debater um pouco sobre a nomeação dos aprovados no concurso da Polícia Técnica. Nós temos o mesmo número de funcionários do ano de 2005. Nós temos aqui, deputado Rosemberg Pinto,

os aprovados no concurso a aguardar as nomeações do seu governo, melhor, do governador Rui Costa. Os senhores fizeram o concurso público e, para isso, os senhores se capacitaram para trabalhar na Polícia Técnica. Falta, agora, apenas, a nomeação dos aprovados no concurso. É isso o que V.Ex^{as} deveriam fazer: trabalhar para garantir a segurança ao povo da Bahia!

Agora, eles criticam o aliado de primeira hora, o atual presidente Michel Temer, eleito lado a lado com a presidente Dilma! Esta última foi cassada, porque levou o País ao caos, porque mentiu durante o programa eleitoral ao dizer que teríamos energia mais barata e ao dizer que os juros estavam controlados! A presidente Dilma enganou todo o povo brasileiro!

E, aqui, agora, V.Ex^{as} vêm com o discursozinho de vítima! V.Ex^{as} levaram o nosso País ao buraco! V.Ex^{as} precisam ter a grandeza de assumir esta responsabilidade! Eles se elegeram, sim, lado a lado: Dilma e Temer! Esses eram melhores amigos: Dilma e Temer. Eles estavam lado a lado! Isso é verdade!

Agora, V.Ex^{as} fazem o discurso da conveniência! V.Ex^{as} não têm coragem de debater a Bahia e, agora, querem levar o discurso para o plano federal! Vamos falar, deputado Zé Neto, da segurança pública do nosso Estado que é uma vergonha! Vamos falar da CPI do Centro de Convenções que V.Ex^{as} deixaram ir para debaixo da terra!

Vamos parar de fazer discurso de conveniência aqui! Vamos ter responsabilidade com o povo da Bahia, deputado Joseildo Ramos. Nós fomos eleitos para cuidar dos interesses da Bahia! V.Ex^{as} querem se transformar em deputados federais sem, antes, disputarem a eleição para deputado federal.

O Sr. Zó:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Para falarmos da nossa Federação, precisamos, primeiro, resolver os problemas do nosso Estado! V.Ex^a, deputado Zó, vem de uma região onde assaltam bancos e carros-fortes a todo momento! Quero ouvir, deputado Zó, a sua voz em defesa do Norte da Bahia que está abandonada por parte do seu governador.

Concedo um aparte ao deputado Zó.

O Sr. Zó:- Quero registrar que acabei de falar do Norte da Bahia sobre a questão do fechamento de várias comarcas. Quando se fala da Previdência e da terceirização, está se falando, ao mesmo tempo, de pautas nacionais e estaduais também. Vamos debater a Bahia, pois esta faz parte do Brasil também. As pautas nacionais são pautas dos estados federados como Bahia, Pernambuco, Sergipe, São Paulo, etc. A reforma da Previdência afetará o cidadão do Norte da Bahia, principalmente o trabalhador rural.

Acho esta uma questão importante a ser debatida, porque é uma questão nacional, não é só baiana. Inclusive, há a questão do fechamento das comarcas baianas como as de Pilão Arcado e Curaçá, pois, lá, V.Ex^a, também, é votado.

Esses são problemas da Bahia que temos de abraçar juntos assim como temos de abraçar juntos as questões da Previdência Social, da terceirização e do fechamento

das comarcas baianas, pois todas esses itens são uma luta de todos, ou seja, não é uma luta da Oposição ou da Situação.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Nós estaremos lado a lado nesta luta, deputado. Nós estamos do seu lado. Nós não podemos permitir que essas comarcas sejam fechadas!

Mas, também, nós não podemos nos esquecer da responsabilidade do atual governador do Estado da Bahia! Não podemos tirar a responsabilidade deste governo que vem fazendo ouvido de mercador! O povo da Bahia vem gritando socorro! E V.Ex^{as} vêm fazendo ouvido de mercador!

Não há segurança pública em nenhuma cidade do interior do Estado da Bahia! Desafio qualquer um dos 43 membros desta ampla base governista a subir aqui e fazer a defesa da segurança pública! Não temos segurança pública!

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vamos fazer o enfrentamento agora! Vamos ter responsabilidade para compreender o ocorrido no Centro de Convenções, deputado!

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluirei, Sr. Presidente.

Peço responsabilidade aos deputados governistas! V.Ex^{as} são muito bons de gogó e de discurso político! Mas não estou vendo nem mesmo um deputado governista fazer enfrentamentos em defesa da Bahia aqui.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Com a palavra o deputado Heber Santana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, visitantes das Galerias Paulo Jackson, imprensa, ouvintes e telespectadores da *TV Assembleia*, este é um momento importante pelo qual passamos, deputado Adolfo Viana. Este é o momento de a população observar e discernir quais parlamentares e políticos se empenham em realizar o trabalho pautado em princípios éticos e morais.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Deputado Heber, desculpe-me interrompê-lo.

Solicito o registro de 5 minutos do tempo do deputado Heber Santana. (Pausa) Vou marcar no relógio então. São 16h20min.

O Sr. HEBER SANTANA:- Este é o momento de apresentar à sociedade os verdadeiros homens e mulheres públicos que se interessam pelo País. Vivemos uma grande crise ética, moral, econômica e política que, de fato, tem trazido grandes prejuízos, deputado Fábio Souto.

Chamo atenção para o editorial publicado pelo Estadão, pois, segundo o mesmo, foi dito, entre outras coisas, o seguinte: *“É evidente que a impopularidade atrapalha muito, especialmente porque dá munição para os adversários políticos e para os mesmos irresponsáveis que tanto mal causaram ao País quando estiveram no*

governo, e que agora julgam que a solução para os problemas está em persistir nos erros.”

E isso é, justamente, o observado por nós, deputado Adolfo e demais deputados que, aqui, nos acompanham. Parece que o Brasil, nos últimos anos, não foi governado pelo Partido dos Trabalhadores. Parece que havia alguma outra entidade ou algum outro grupo político exercendo autoridade sobre este País, que não o Partido dos Trabalhadores, que não o ex-presidente Lula ou a ex-presidente Dilma. Parece que todos esses erros e este momento difícil pelo qual nós estamos passando não são enxergados pelo Partido dos Trabalhadores e pelos partidos e grupos que lhes acompanham.

O fato é: o País está quebrado. E, de fato, este é o momento de muitas adversidades e de muitos desafios, onde, deputado Joseildo, não pode haver espaço para oportunismo.

Nós precisamos ter um compromisso maior com esta Nação. Nós precisamos ter um compromisso maior com nosso querido Estado da Bahia. Para este momento, precisamos olhar para o futuro ao enxergar o grande desafio pela frente. Precisamos ter a capacidade de superar os desafios através de ações cautelosas e organizadas, a fim de que nós não fiquemos, aqui, a cometer os erros da fala sem sentido e os erros da fala que não conduz a resultados práticos, apenas do oportunismo político.

Aí, quero, também, fazer coro com o deputado Adolfo Viana quando ele fala, inclusive, do comportamento do governador Rui Costa, pois este, sempre, se pautou em uma condução muito ética, muito moral, muito correta.

Admira-me muito, deputado Zó, a forma como ele tratou esta Casa e a forma como ele foi indiferente ao cumprimento do papel desta Casa, pois o nosso papel é o de fiscalizar o uso do dinheiro público, especialmente quando falamos da CPI do Centro de Convenções.

E, aí, deputado Luciano, vale a pena chamar a atenção para o fato de que o governador tem de levantar as mãos para os céus e agradecer, repito, agradecer porque ele, com essa mesma irresponsabilidade, entregaria o Centro de Convenções, ou seja, ele iria reabrir o Centro de Convenções em condições precárias.

Ele tem de agradecer muito ao acidente ocorrido antes que as pessoas estivessem ali dentro e antes que houvessem vítimas fatais, porque houve feridos durante o grave acidente ocorrido. Se o Centro de Convenções tivesse sido reaberto, poder-se-ia perder, ali, várias vidas através da irresponsabilidade e do mal uso do dinheiro público por parte do governador Rui Costa.

Como se não bastasse isso, deputado Leur Lomanto, ele trata, de maneira irresponsável, o cumprimento do papel desta Casa de fiscalizar o Executivo e de acompanhar o uso do dinheiro público. Ele trata, de forma pejorativa, o Poder Legislativo. E, aí, não se trata, apenas, dos deputados da Oposição. Ele tratou igualmente os deputados do governo e, ainda mais, a Assembleia Legislativa.

A decisão foi tomada de forma autônoma pelo próprio presidente desta Casa Angelo Coronel ao cumprir o Regimento Interno para fazer valer a instalação da CPI do Centro de Convenções.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Para concluir, deputado.

O Sr. HEBER SANTANA:- Portanto, Sr. Presidente, concluo o meu discurso ao dizer que fica aqui o nosso desejo de que esta Casa possa, de fato, cumprir o seu papel, pois nós, homens e mulheres, estamos tendo a oportunidade de ocupar os cargos de deputados estaduais nesta Casa e, para isso, devemos honrar este direito adquirido que traz, além de direitos, mais deveres e mais responsabilidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria fazer um apelo ao Líder da Oposição, deputado Leur.

Acabei de ligar para o nosso deputado e presidente Angelo Coronel. A ele, eu fiz a ponderação de que há a ausência de 8 deputados, pois eles não deram frequência. Há mais dois deputados ausentes. A deputada Fabíola, também, está fora, pois está em viagem. E, aqui, acabo de receber a informação de que o deputado Isidório viajará também.

E eu pediria a V.Ex^a, se não fosse complicado, que, pelo número de deputados que estou vendo na Casa, deixasse para votar na próxima semana, para que pudéssemos ter maior presença de deputados. É um tema relevante, ponderei, agora, ao presidente, Angelo Coronel. Acho que, por nós, será por unanimidade, mas estou vendo difícil por causa dessas situações de emergências que aconteceram.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tem que ter 38 votos.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Se conseguir garantir os 38, Lomanto.

O Sr. Paulo Rangel:- Será que dá? Podemos colocar em votação. Qualquer coisa, retiramos.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Deputado Leur, eu vou...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, ouvi atentamente o questionamento e a proposta do deputado Zé Neto, e tenho que concordar que é um projeto de extrema importância para este Parlamento e, sem sombra de dúvida, seria necessário e importante que todos os parlamentares pudessem estar presentes a esta votação relativa à PEC da reeleição.

Então, eu gostaria de fazer um apelo ao deputado Zé Neto para, se pudéssemos, fazer, até o início da votação, uma verificação de quórum para vermos a quantidade de parlamentares presentes ao Plenário, para termos a certeza, a convicção de que temos aqui os 38 votos necessários para se aprovar a PEC. A importância dessa PEC... Acho que podemos fazer aqui...

Quero ouvir primeiro a questão de ordem do deputado Paulo Rangel, pois acho que ele tem um encaminhamento nesse mesmo sentido, para fazermos uma sondagem para vermos se temos quórum suficiente para a aprovação dessa PEC.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Vou pedir uma verificação de quórum. Vamos mobilizar tanto os companheiros da Oposição quanto os da Situação no sentido de chamarmos os deputados. Se sentirmos que dá para colocar em votação, colocaremos, se não, retiramos.

Então, encerraremos agora as discussões. E quero pedir a V.Ex^a... Primeiro, convido todos os deputados da Oposição e da Situação para que se façam presentes a este Plenário já que precisamos de 38 votos para aprovar a PEC que põe fim à reeleição para membros da Mesa Diretora.

Peço uma verificação de quórum, e gostaria de que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos para que façamos a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Marcelo Nilo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Concedo a questão de ordem ao deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deputado presidente, os dias de terça e quarta-feira foram definidos, aqui, pelo atual presidente para as votações, e que os deputados que faltassem ele cortaria o ponto, o que é correto, até o parabenizo.

Agora, é uma PEC do deputado Adolfo Menezes, não há responsabilidade alguma do Governo nem da Oposição, a responsabilidade é de todos nós, parlamentares. Acho que devemos votar, essa é a minha opinião.

Agora, é óbvio que só se pode votar se houver 39 Srs. Deputados; se não tiver, não vota. Como é PEC, é necessário quórum qualificado, e o presidente, inclusive, não vota. Então, temos que ter os 39 deputados. Se tivermos 39 e, provavelmente, não haverá nenhum voto em contrário, nós votamos. O relator está aqui, na Assembleia, muito atento a essa votação.

Então, faço um apelo ao meu Líder, meu querido amigo deputado Zé Neto, meu Líder aqui, nesta Casa...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelo Nilo:- Deixe-me concluir, deputado.

Estou disposto a seguir sua liderança, mas esse não é um projeto do Governo nem da Oposição. É um projeto do deputado Adolfo, que tem o apoio, salvo engano, de todos da Casa.

Vamos votar. Se, por acaso, não tivermos os 39 deputados presentes, adia-se a votação.

Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Retiro a minha questão de ordem, e fico feliz de ver o entusiasmo do deputado Marcelo Nilo em votar essa demanda. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Marcelo Nilo talvez tenha cansado de ficar por 10 anos...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Já está combinado, presidente, toque o processo. Pede aí a verificação de quórum e vamos ver se tem ou não. Conte os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação...

Eu gostaria que o nosso operador colocasse os 15 minutos regimental.

O Sr. Paulo Rangel:- Não são 15 minutos, são 25 minutos, presidente. Votação são 25 minutos.

O Sr. Prisco:- Ainda não é votação, é de continuidade.

O Sr. Paulo Rangel:- Mas a gente retira. Pede já de votação e a gente retira. Se não der, a gente retira.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É quórum de continuidade da sessão, são 15 minutos. Ainda não é quórum de votação, é continuidade da sessão. Então, são 15 minutos o tempo regimental.

Atenção, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Estaremos aguardando, durante 15 minutos, os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas para continuidade da sessão para aferirmos o nosso quórum.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a todos os parlamentares que compõem a nossa Bancada de Oposição para que compareçam ao Plenário porque iremos, na tarde de hoje, votar um importante projeto

para esta Casa. Há muito se discute a aprovação da PEC que termina com a reeleição para a Presidência da Assembleia e para a Mesa Diretora nesta Casa. Então, é um momento importante deste Parlamento.

Quero parabenizar mais uma vez V.Ex^a e o deputado Adolfo Menezes, que é o proponente dessa PEC. Nesse sentido, faço um apelo para que os parlamentares de Oposição venham ao Plenário registrar as suas presenças, porque, no fim da tarde de hoje, apreciaremos esse projeto importante que possibilitará que outros parlamentares possam isso. Estimula a renovação na Casa, é o intuito de V.Ex^a desde que chegou à Presidência da Assembleia Legislativa da Bahia.

Então, reitero o pedido e o apelo para que os parlamentares de Oposição venham ao Plenário para dar suas presenças e participar dessa importante votação na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de seguir a linha do deputado Leur Lomanto Junior, a linha do presidente Marcelo Nilo, que também está ansioso para que essa votação aconteça, e para que possamos, enfim, votar essa PEC que é o desejo da maioria esmagadora dos parlamentares desta casa.

Então, eu queria pedir a V.Ex^a que refizesse essa chamada nominal, porque acho que todos os parlamentares devem se fazer presentes para essa votação que mudará o rumo e o caminho desta Casa Legislativa.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Já alcançamos os 21, eu queria que, pelo menos até as 17 horas, o tempo seguisse normalmente, porque o deputado Adolfo saiu e ele é o autor do projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Neto, estamos ainda no decorrer da sessão, é só os líderes partidários indicarem oradores para completar o tempo.

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois é, se não tiver tempo partidário, nós teremos que votar. V.Ex^{as}, Líderes da Maioria e da Minoria, devem decidir o que querem: indicar oradores para a tribuna ou não.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Leur.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, V.Ex^a tem razão. É deixar transcorrer a sessão de uma forma normal, os líderes partidários indicarão os seus oradores até que os Srs. Parlamentares... Afinal, a votação estava prevista para acontecer às 17h30min, 18 h. E se decorrer o tempo normal e natural das sessões, tenho certeza que existem vários parlamentares aqui que estão aptos e gostariam de fazer uso da palavra nesta tarde de hoje. Então, V.Ex^a deixa transcorrer a sessão de forma normal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, só fazer uma comunicação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pois não, deputado Leur.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente Angelo Coronel, eu gostaria de comunicar que, conforme foi solicitado por V.Ex^a, a Oposição está lhe encaminhando os nomes que comporão a CPI do Centro de Convenções. Irão compor essa CPI, como membros titulares, os deputados Luciano Ribeiro, do Democratas; Adolfo Viana, do PSDB; e Hildécio Meireles, do PMDB. Esses serão os membros titulares. Como membro suplente, o deputado Sidelvan Nóbrega.

Espero que o deputado Zé Neto, como Líder do governo, também indique os seus membros para que, na próxima semana, possamos iniciar os trabalhos da CPI do Centro de Convenções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não há orador no horário do PSL.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Com a palavra os deputados Prisco pelo tempo de 6 minutos. Depois, falará o deputado Pedro Tavares por 5 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Prisco pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente e demais membros desta Casa, Srs. Deputados presentes, companheiros das galerias, vejo aqui que os deputados da base do governo têm falado da questão federal. É justo falar dessa questão também, é de interesse nosso. Inclusive, o partido do qual faço parte, o PPS, é o relator da reforma da Previdência. Já coloquei a minha posição aqui. Sou contrário à reforma da Previdência, sou contrário à reforma trabalhista (Palmas) e nunca neguei isso para ninguém. Mas eu quero ver quando essa reforma chegar aqui nesta Casa. Aí eu quero ver os deputados de governo votarem contra a reforma do governo! Porque, nesse mesmo mês, o teto previdenciário chegou nesta Casa e a Bancada do Governo votou favoravelmente. Entre o discurso e a prática há uma diferença muito grande.

Então, eu espero que a reforma da Previdência chegue aqui nesta Casa e tenha... (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Estão reclamando que estão retirando os direitos trabalhistas...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há um orador na tribuna!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Reponha meu tempo, Sr. Presidente.

Estão reclamando que o governo federal está retirando os direitos trabalhistas. Eu concordo. Mas vários direitos trabalhistas dos servidores públicos do Estado foram retirados nesta Casa e toda a Bancada do Governo votou favoravelmente: licença-prêmio, aumento do Planserv. Há 2 anos o salário do servidor público não é reajustado.

Ontem mesmo, aqui, na votação do Prêmio Por Desempenho, mesmo abrindo discussão do projeto, o governo não acatou as emendas, votando aqui algo absurdo nesta Casa.

Temos vários problemas no serviço público, no Estado, e o governo não se pronuncia. Há agora uma crise sem precedente no sistema carcerário baiano. Hoje mesmo recebi material de funcionários, agentes penitenciários colocando que o governador do Estado, o secretário Nestor Duarte, o major Júlio, superintendente, têm conhecimento de toda situação que acontece na UED e no sistema carcerário. Está lá registrado em livro. Recebemos ata, cópia de livro de tudo que ele tem conhecimento. Mas o secretário Nestor Duarte disse que é normal ter fuga, totalmente normal.

Em um governo sério, em um governo que trata as coisas com seriedade, se o secretário fizesse um pronunciamento desse, ele teria que ser exonerado naquele momento. Achar que é normal a fuga de 25 presos de alta periculosidade, homicidas, traficantes!

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Concederei, deputado, está inscrito.

E não é a primeira fuga! Já fugiram 15 desse mesmo complexo, dessa mesma cadeia UED; já fugiram 25, da cadeia pública; na mesma UED fugiram dois, no mês passado. Nenhuma providência foi tomada! Mas o governador afirma que a fuga tem a participação de não presos. O governador acusa o servidor sem prova nenhuma. Não só o governador como o secretário não conhecem o complexo penitenciário, nunca pisaram lá, não conhecem a realidade dos policiais militares que ali trabalham, nem dos agentes penitenciários. Se ele conhecesse a realidade, não falaria isso, não diria que a cadeia é um queijo suíço, que ela é aberta, que não tem iluminação alguma, que as celas são abertas.

Como é que entra um alicate? Como é que entra uma arma? Vá lá conhecer que é o único complexo penitenciário no Brasil aberto!

É de segurança máxima. Como, se é um presídio aberto? A própria imprensa, ontem, em matéria no BA-TV mostrou a jornalista que lá entrou e saiu numa rua ao lado, na Avenida Gal Costa, de forma tranquila, porque o complexo é aberto!

Já fizemos uma representação, já comunicamos ao Governo, não fazemos oposição por ser Oposição. Pedimos para cercar o complexo, e nada disso aconteceu! Fugas e mais fugas acontecendo! Um trabalho imenso da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Poder Judiciário, do próprio Ministério Público para encarcerá-los e, simplesmente, eles fogem. E não há trabalho algum do Governo para cuidar disso, nenhuma responsabilidade do Governo para cuidar disso.

Afirmar que a fuga tem participação de não preso, admitir que foi servidor que facilitou a fuga sem ter prova alguma disso! Não conhece a realidade do sistema penitenciário. Vá lá para ver como é que está o complexo! Vá lá para ver a cadeia pública, a Unidade Especial Disciplinar - UED, que não tem 40 funcionando; que quem construiu a guarita da UED, na mão grande, foram os policiais militares. Duas guaritas só! Se chover, ele fica embaixo da chuva; que não tem iluminação; que os presos, diariamente, como mostrado ontem, mais uma vez, em matéria na televisão, entram na hora que querem; jogam bola; com arma dentro, com celular, com tráfico...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- V.Ex^a está inscrito!

(...) com drogas e armas lá dentro, e nenhuma providência é tomada!

Aí, tanto o secretário como o governador dizem que não sabiam, que a fuga tem alguma irregularidade. Vá lá conhecer o complexo, vá ver a realidade em que os policiais militares trabalham! Cheguem lá à noite... Queria que o governador fosse lá à noite, sem iluminação, como está lá, para ver a realidade. Aconselho ao próprio governador a ir visitar o complexo, o secretário também, para ver como está a realidade.

Em Feira de Santana, houve uma rebelião em que 24 presos foram assassinados, cabeças rolaram em prática de futebol. Com agente penitenciário... V.Ex^a, de Feira de Santana, sabe da realidade do que aconteceu lá. E qual foi a providência tomada? Nenhuma!

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Mais uma fuga aconteceu. Sabem os marginais que fugiram agora? Conhecem a lista de cada um? Saiu matéria na imprensa hoje com o perfil de cada um. O trabalho que deu para colocar esses marginais lá. E qual foi a providência tomada pelo Governo?

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, deputado!

O Sr. SOLDADO PRISCO:- O tempo está-se esgotando!

Qual a providência que foi tomada? Nenhuma!

Dois agentes penitenciários foram assassinados no último final de semana. Qual a providência do Governo, o que foi falado sobre isso? Nada!

Só sabem acusar o servidor! Exoneraram, agora, três funcionários, mas é mantida a mesma estrutura que lá está.

Vamos deixar de olhar para cima e olhar para o Estado da Bahia, ver a realidade por que está passando. Caminhar pelas secretarias e também no complexo.

Desafio toda a Bancada do Governo a ir comigo lá, a ir com os servidores, a fazer uma visita ao complexo, o deputado que queira ir lá, fazer uma visita e conhecer a realidade do complexo.

O deputado Marcelino Galo fez um excelente trabalho, um relatório, mostrando a realidade do complexo.

Há 1 ano essas fugas eram previstas.

E qual foi a solução para isso? Nenhuma!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem... V.Ex^a pode citar o artigo da questão de ordem?

O Sr. Alex Lima:- Posso... É para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente, não tenho o artigo aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a é da Mesa. Comunicação inadiável é prerrogativa de Líder.

O Sr. Alex Lima:- Não estou com o Regimento aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu vou conceder, em deferência a V.Ex^a.

O Sr. Alex Lima:- Agradeço a V.Ex^a.

Apenas, Sr. Presidente, para que esta Casa encaminhe, faça constar em suas atas e dê destaque ao posicionamento do deputado estadual Soldado Prisco, do partido do relator da Reforma da Previdência, para que o PPS da Bahia ilumine o deputado Arthur Maia para que não cometa esse crime com os trabalhadores brasileiros.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Não vou mais conceder nenhuma questão de ordem. Já abri espaço. Não vou conceder.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a concede uma para o Governo e depois para a Oposição, como é de praxe na Casa, Sr. Presidente. Uma para lá e outra para cá.

O Sr. Zé Neto:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Calma, deputado. Abri espaço para o deputado Alex, que não disse o número do artigo e pediu a questão de ordem. Ele pediu, depois, uma comunicação inadiável. É prerrogativa de Líder, mas o deputado Zé Neto é Líder e tem essa prerrogativa. V.Ex^a se acautele.

Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, fugindo um pouco dessa polêmica, queria informar a V.Ex^a que hoje escolhemos os nomes que vão compor a CPI do Centro de Convenções, mesmo achando que um pedido de informação era o suficiente para esgotarmos esse assunto, até porque vejo que, para objeto de uma CPI, deveria haver uma ação deliberada da administração que causasse dano de forma deliberada, e esse objeto não existe.

Uma empresa competente e que presta serviços ao Estado, a diversos municípios da Bahia, a outros estados, ao Município de Salvador, uma empresa

idônea, foi contratada de forma legal para atuar numa área de certo risco, pois o Centro de Convenções, na verdade, desde o seu início tem uma localização que, todos sabem, é do conhecimento de todos, é inadequada do ponto de vista geográfico, devido ao salitre e ao boqueirão de vento que ali, como aconteceu no dia do incidente, ultrapassa, e muito, aos ventos regulares de qualquer área da cidade. Um vento forte e um salitre forte.

Esse é um problema que o governo tem enfrentado, e tem feito estudos para que tenhamos um novo Centro de Convenções com outra modelagem, com outra estrutura que não aquela.

Mas a Oposição, dentro do Regimento, fez a solicitação, e, obviamente, nos próximos dias daremos abertura a esse processo de debate numa CPI.

E os nomes escolhidos, no campo do Governo, para fazerem frente a essa missão foram: o deputado estadual Paulo Rangel, engenheiro, com conhecimento de causa relacionado às questões físicas e que pode, sim, dar uma grande contribuição; a nossa querida amiga Maria del Carmen, que tem uma vasta experiência nos campos da construção civil, da habitação, do urbanismo e, com certeza, será uma figura importante nos debates, que acho que serão norteados pelo componente técnico.

Outro nome que escolhemos para titular é o do competente e, diria – é uma grata alegria nossa tê-lo aqui como companheiro –, uma grande revelação da política baiana, deputado Alex Lima. Ele fará parte do *staff* que comporá a CPI do Centro de Convenções pelo Governo.

Os demais nomes são: o deputado feirense, conhecedor da administração pública – inclusive, ontem fez um discurso muito bom aqui, todos viram, mostrando conhecimento sobre os temas relacionados àquela ocorrência – Angelo Almeida, a quem teremos como componente do nosso *staff* na CPI, defendendo os interesses da Bancada do Governo e do Governo; e também o deputado Adolfo Menezes. Todas essas situações foram debatidas com os líderes partidários, ficando o deputado Adolfo Menezes por sua experiência na Casa, pela sua maturidade, pelo seu bom senso e pelo seu equilíbrio. E os dois deputados que temos como suplentes são: deputado Antônio Henrique, que representa um bloco importante da Casa, equilibrado, tranquilo, sereno, vai poder dar o compasso como suplente; e o deputado Zó, também muito experiente – hoje pela manhã, inclusive, pude acompanhá-lo numa comissão importante da Casa, que é a Comissão de Divisão Territorial –, a cada dia ele me surpreende pela sua habilidade, coerência e pelo conhecimento do Regimento. Ele também irá compor a nossa relação de deputados da Base do Governo que irá compor a CPI.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Artigo 227.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Portanto, composta a CPI. Pela Oposição: deputados Hildécio, Luciano e Adolfo; deputado Sidelvan, suplente. Pelo governo: deputados Paulo Rangel, Maria del Carmem, Alex Lima, Angelo Almeida e Adolfo Menezes; deputados Antônio Henrique e Zó, suplentes.

Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria aproveitar esta oportunidade para tratar da questão levantada pelo deputado Zé Neto e pela indicação dos nomes para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que também tem o meu nome incluído como membro.

Quero esclarecer à Casa, que nós da Oposição estamos desfrutando desse novo momento que vive a Casa Legislativa, um momento de independência, um momento de autonomia do Parlamento, mas, sobretudo, temos que aproveitar, desfrutar e zelar para este momento seja valioso. Por isso, nós que estamos na Oposição e fomos indicados, iremos tratar essa questão com a importância que ela tem, com o cuidado que deve ter, com a responsabilidade que deve ter, sem, contudo, fazer qualquer prejulgamento, porque não é a nossa vontade condenar ou acusar alguém. O nosso único objetivo é apenas cumprir o papel do Parlamento, que é no sentido de apurar aquilo que entendemos que deva ser apurado.

Quero trazer essa mensagem em meu nome e dizer que o espírito que norteia os deputados de oposição que foram indicados para compor a CPI, é o espírito da liberdade, e, sobretudo, o espírito de muita responsabilidade para podermos apurar o objeto da criação dessa CPI.

Era isso que eu queria comunicar a V.Ex^{as} Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu vou liberar duas questões de ordem desde que os deputados que estão aqui relacionados citem o artigo do Regimento.

Deputado Pastor Sargento Isidório, qual o artigo?

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Qual o artigo?

Deputado Adolfo Viana, qual o artigo de V.Ex^a?

O Sr. Adolfo Viana:- É o mesmo artigo invocado pelos deputados Luciano Ribeiro, Alex Lima e Zé Neto.

O Sr. Sargento Isidório:- Eu também.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Zé Neto não fez questão de ordem.

Já que está nessa discussão, ninguém vai citar o artigo...

O Sr. Adolfo Viana:- Calma, presidente! Calma, presidente, calma! Tenha tolerância, Excelência! V.Ex^a está muito intolerante na Presidência. V.Ex^a fez deferências aqui ao deputado Alex Lima, ao deputado Zé Neto e ao deputado Luciano Ribeiro. Eu gostaria de ser tratado com a mesma deferência. Irei citar aqui o art. 225, mas gostaria que V.Ex^a me tratasse com a mesma deferência com que eu sempre trato V.Ex^a. Não é possível que V.Ex^a possa mudar de comportamento tão rápido! Há pouco, V.Ex^a fez uma deferência ao deputado Alex Lima. Eu também gostaria de poder contar com a deferência do nobre amigo quando V.Ex^a estiver presidindo a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Já está concedida essa deferência.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a V.Ex^a pela deferência.

Gostaria de me associar, Sr. Presidente, às palavras do deputado Luciano Ribeiro. Eu, que também tive o meu nome indicado para compor a CPI do Centro de Convenções, acho que esta Casa vive um momento diferenciado, justamente porque aqui cheguei há cinco anos, algumas CPI's foram propostas, e nenhuma delas foi instalada.

O Sr. Zé Raimundo:- Teve...

O Sr. Joseildo Ramos:- A da Telefonia.

O Sr. Zé Raimundo:- É verdade, aconteceu. O deputado Joseildo Ramos lembra da CPI da Telefonia. Foi um momento importante para esta Assembleia. E é com aquela mesma responsabilidade que os deputados tiveram ao fazer a CPI da Telefonia e com o espírito de esclarecer os fatos que iremos participar agora deste outro importante momento para o Parlamento e, principalmente, para a Bahia, que vive a tristeza de ver o nosso Centro de Convenções da maneira como se encontra.

Portanto, era apenas essa a minha questão de ordem. Quero dizer que estarei ao lado dos indicados compondo esta nova CPI, sem sombra de dúvida com muita responsabilidade, procurando prestar o melhor serviço ao nosso Estado.

Agradeço mais uma vez a sua deferência, presidente.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, Art. 163.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Art. 163, nobre Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- *“É exigido o quórum especial para as deliberações da Assembleia da seguinte forma: será aprovado pelo voto de 3/5 dos membros da Assembleia o Projeto de Emenda Constitucional.”*

Eu ontem estava com atividades já pré-agendadas em Brasília. E, pela solicitação de S.Ex^a o Presidente, adiei uma audiência na Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário e com outros deputados federais, passando para hoje, já que haviam me dito que às 4 ou 5 horas da tarde votariam o projeto. Lamentavelmente, nós tornamos a fazer esse agendamento para hoje, e tenho um voo às 18 horas.

Então, já não percebo aqui a quantidade de deputados necessários, muito embora saiba que, aguardando, eles chegarão. Portanto, queria só deixar comunicado a V.Ex^a que não vou poder ficar para a votação. Mas o meu voto será favorável porque é um projeto sério, ético e moral trazido pelo deputado Angelo Coronel e uma aspiração de todos os deputados e deputadas desta Casa. Logo, estou apenas comunicando aos demais dignos parlamentares qual o motivo de ter que me ausentar e possivelmente não poder votar. Já soube, inclusive, que a Paralela está engarrafada. E preciso estar uma hora antes para fazer o check-in.

Gostaria que V.Ex^a compreendesse. E que todos do Estado saibam que o meu voto, se fosse feito, seria favorável porque o projeto é ético, moral e bom para o povo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns, Sargento Isidório, pelo seu posicionamento! E uma boa viagem.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSC/PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, já falou um. Só faltam cinco minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Já falou neste horário?

O Sr. Paulo Rangel:- Já falou Prisco. Só falta um tempo

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou Líder...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eles têm cinco minutos ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pedro Tavares tem cinco minutos.

Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa aqui presente, eu tenho cobrado com frequência aqui desta tribuna que o governo baiano priorize a segurança pública em nosso Estado da Bahia, sobretudo no interior.

Queria mostrar que a violência tem impactado diretamente na economia dos municípios baianos, sobretudo os pequenos. Com as explosões, os bancos ficam fechados. Isso prejudica diretamente a economia do município, porque o aposentado, o funcionário da Prefeitura, as pessoas que têm de fazer os seus serviços bancários deixam de utilizá-los na sua cidade para utilizar agências de outras cidades, trazendo um prejuízo enorme aos municípios, pois tiram o seu dinheiro no outro município, fazem a sua feira no outro município, pagam a sua conta de luz no outro município, as suas contas no outro município, prejudicando assim o seu município de origem. Por quê? Porque elas não têm no seu município de origem as condições para efetuar os serviços bancários, devido à violência que se instalou em nosso Estado.

Queria falar de João Dourado, deputado Fábio Souto, um importante município do interior da Bahia. Seu prefeito, deputado Zé Neto, teve a agência do Banco do Brasil explodida, e ela se encontra lá fechada há mais de um ano. O BB tentou ainda reabrir a agência. Só que o locatário dela, ou seja, a pessoa dona do imóvel que o banco tinha alugado, não aceita mais, devido ao trauma que ela e toda a sua família têm depois da explosão que houve. Então, há um ano o Banco do Brasil está fechado na cidade, e a população de João Dourado tem que ir a Irecê para fazer os serviços bancários. Aliás, tinha de ir...

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- (...) porque em Irecê recentemente também houve uma explosão no banco e não tem mais agência para que o povo João-douradense e os ireceenses possam utilizar os serviços bancários do Banco do Brasil. Com isso, deputado Luciano Simões, aquelas duas populações estão indo à cidade mais próxima, Lapão.

Lá tem uma pequena agência do Banco do Brasil, que foi concebida para atender só ao próprio município, e não a toda a região. Então, todos os dias tem se

transformado num caos aquela agência do BB porque toda a população regional vai para Lapão, o que tem prejudicado imensamente os serviços.

A população está sofrendo com as filas por ter de se deslocar para pagar suas contas em outra cidade. Tudo isso por falta de uma segurança pública adequada! Tudo isso porque o governo do Estado não prioriza a segurança pública! E aí quem sofre é a população! E aí quem sofre é a economia do município, que já está prejudicada com a seca e a crise econômica, mas agora ainda sofre mais este prejuízo da falta de segurança pública que está impactando a economia dos municípios.

Quero conceder o aparte ao nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns, deputado Pedro Tavares!

Gostaria de dar este testemunho da presença que V.Ex^a tem, forte, no interior do Estado.

Amigas e amigos deputados, vocês tenham a certeza de que essas demandas trazidas pelo nobre deputado Pedro Tavares, ele presenciou: foi lá, conversou com a comunidade, conversou com o seu grupo político e traz cada uma delas aqui porque ele é um parlamentar extremamente presente. Nos quatro cantos dos municípios da Bahia você ouve falar em Pedro Tavares.

Parabéns, deputado, pelo excelente mandato e pelas demandas trazidas com clareza para esta Casa!

O Sr. PEDRO TAVARES:- Incorporo o seu aparte, deputado, e mais uma vez peço uma prioridade do governo estadual em relação à segurança pública, meus deputados! A população do interior não aguenta mais tanta insegurança! Não aguenta mais viver com essa insegurança, deputado Rosemberg!

Então fica aqui, mais uma vez, a minha cobrança para que se priorize a segurança pública em nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará pelo tempo de cinco minutos o deputado Marcelino Galo e 6 minutos o deputado, craque em tudo o que faz, Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo, autor do projeto aprovado por esta Casa que impede o sinal de celular no interior e nos arredores dos presídios, que infelizmente o ministro Dias Toffoli, numa liminar, vai de encontro à segurança pública da Bahia.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, inclusive agradeço a clareza e a forma como V.Ex^a vem tratando essa questão, de um projeto fundamental para a segurança pública. Muito se fala e na hora mesmo o Poder Judiciário, infelizmente o ministro do Supremo, o Dias Toffoli, ele suspende os efeitos desta lei que é fundamental para a sociedade.

E aqui também muito se fala sobre o comando do presídio do crime organizado na sociedade, mas é bom não esquecer que esse governo hoje tem um presidiário poderoso que, lá dentro do presídio, ajuda a governar este País, que é o Sr. Eduardo Cunha, e também ele tem que sentir os efeitos desta lei que suspende a comunicação entre os presídios e a sociedade, ali organizando o crime.

Mas, na verdade, eu quero falar aqui sobre um evento belíssimo e muito importante para a Bahia, que aconteceu ontem no Teatro Castro Alves, e aqui também parabenizar o governador Rui Costa, porque ali naquele teatro assinou a publicização para a Orquestra Sinfônica do Estado da Bahia. De forma que a partir de agora aquela Orquestra que vinha em declínio, e agora, na contramão da maioria dos nossos Estados nesse País é revigorada com uma forma moderna de gestão, feita por uma organização social que ali permite a participação da sociedade civil no gerenciamento e no apoio daquela orquestra.

Então, nenhum Estado pode prescindir de ofertar a sua população, a sua juventude, a beleza que é a música, e principalmente a música orquestrada, a música erudita, que é uma forma que tem que ser também oferecida, porque aqui é um Estado musical, onde a cultura aflora, onde a gente toca tambor, toca violão e também temos que ter a orquestra sinfônica, que agora deverá ser revigorada, graças também à ação de um grande maestro, o maestro Carlos Prazeres, que é um maestro moderno, carismático e que consegue dialogar, e dialogar com a juventude, no sentido de que ela possa participar e ver esse espetáculo bonito, indispensável, para que o ser humano possa, de forma integral, se relacionar com o belo. E a música tem um papel fundamental.

De forma que nessa primeira etapa o Estado vai disponibilizar R\$5,5 milhões, totalizando R\$15 milhões, para que a gente tenha a melhor orquestra sinfônica desse País. E essa atitude, inclusive, deveria ser copiada, porque em todos os nossos municípios nós temos as nossas fanfarras, temos ali também uma participação importante do aprendizado musical e que a gente tem que, também, revigorar.

Então, todos os prefeitos, com certeza, deverão seguir essa atitude nobre do governador Rui Costa que ali assinando, e assinando junto com o maestro Carlos Prazeres que também fez uma apresentação, uma pequena apresentação, a participação do nosso grande compositor e cantor Luiz Caldas, uma fusão do erudito, do popular e do clássico. A cultura em sua forma integral e indispensável para a vida humana, estruturante para a nossa formação. Ninguém consegue viver sem ver e ouvir uma bela música.

Parabéns ao governador Rui Costa por essa iniciativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra por 6 minutos o nobre deputado oriundo de Senhor do Bonfim, ex-jogador de futebol, que teve que abandonar a carreira precocemente, o nosso amigo Bobô.

O Sr. BOBÔ:- Obrigado, Sr. Presidente, sempre carinhoso comigo.

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, o tema que trago hoje, aqui, é sobre emprego e oportunidades e também como o prefeito da nossa cidade, ACM Neto, trata esse tema, como ele se preocupa tanto com isso. Vou ler uma matéria, lembrando, que retrata exatamente o que estou dizendo: (Lê) “Projeto do novo Aeroclube e Parque Atlântico é apresentado em Salvador.

Parceria da Prefeitura com empreendimento vai custar R\$ 225 milhões. Construção do novo shopping integrado ao parque deve levar 2 anos.”

E, aqui, vem a fala do prefeito entusiasmado com esse grande investimento, diz o seguinte: (Lê) “Uma das primeiras providências que tomei quando assumi foi reunir um grupo de pessoas que resolvesse essa novela do Aeroclube. Levamos 1 ano para superar todos os desafios e obstáculos para chegar ao dia de hoje celebrando esse contrato. Infelizmente o Aeroclube em Salvador se tornou uma novela, um elefante branco, símbolo de uma orla abandonada.” Aqui quero concordar com o prefeito, a orla de Salvador, o Aeroclube, aquela parte da Boca do Rio está uma vergonha. Essa matéria é de 2014...

O Sr. Alex Lima:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BOBÔ:- (...) A promessa do prefeito de gerar 3,8 mil empregos em Salvador já venceu. É uma construção que levaria 2 anos. Cabe ao prefeito de Salvador vir falar sobre isso com a população, porque é promessa de campanha. Ele falou isso há 2 anos. E, olha, para quem mora ali no Jardim Armação sabe a vergonha que está aquele lugar.

Quero aqui chamar a atenção da população de Salvador, Sr^{as} e Srs. Deputados, que o prefeito ACM Neto deve satisfação à sociedade, em especial aos soteropolitanos. E o agravante maior, deputado Fábio Souto, é que houve perdão da dívida para o consórcio passado para que eles pudessem se beneficiar com a construção. De lá para cá não se fala mais nisso, caiu no esquecimento, ninguém lembra mais disso. Mas nós queremos suscitar essa discussão. Já que estamos aqui num enfrentamento para a capital que menos gera emprego no Brasil, que mais tem desempregados, está na hora do prefeito responder pelas responsabilidades dele.

Não estou aqui trazendo matérias levianas. Essa aqui é de 2014, e V.Ex^{as} podem verificar na *internet* que há dezenas e dezenas de matérias enaltecendo essa conquista do prefeito ACM Neto. Gostaria muito de estar aqui, hoje, celebrando esse contrato, a geração de 3,8 mil empregos, são pais de família. Mas não é a verdade. E aí o Ministério Público da Bahia tem que se envolver nisso, tem que procurar saber e esmiuçar o motivo pelo qual perdoaram a dívida desse consórcio.

Deputado Adolfo, amigo, querido, o consórcio pertence ao seu senador Tasso Jereissati, do PSDB.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BOBÔ:- (...) É algo que precisamos entender melhor, que precisamos trazer à luz da discussão desta Casa. Nós trabalhamos e defendemos geração de emprego em Salvador. Esse é o nosso trabalho. Gerando-se emprego em Salvador, melhora a economia do Estado. Estamos falando da nossa capital. Estou falando de um empreendimento, para quem não conhece o Aeroclube ou teve oportunidade de conhecer, que mais gerou emprego em Salvador na época. Só as salas de cinema eram nove, era uma construção belíssima, maravilhosa. No tempo em que Salvador e, sobretudo, o bairro da Boca do Rio tinha orgulho daquele empreendimento. Hoje tem vergonha e medo. Tem medo, porque está abandonado, ninguém sabe o que existe lá dentro.

Precisamos entender como se trabalha na velocidade do prefeito. Se essa velocidade que ele tem vai de encontro à velocidade do nosso governador Rui Costa, que é o que mais emprega na Bahia e em Salvador. E temos que ter essa consciência, temos que trazer essa maturidade para esta Casa para debatermos, porque todos nós somos parlamentares preocupados com relação a tudo isso.

Quero chamar a atenção da imprensa. A imprensa tem se calado em relação a isso. Não há discussão da mídia ou da grande mídia da Bahia com relação ao Aeroclube de Salvador. Precisamos discutir ou até trazer para esta Casa um debate mais aprofundado sobre o que aconteceu, que contrato foi esse, quais as vantagens oferecidas a esse consórcio que pertence a um senador da República.

Isso é muito grave. Estou trazendo uma matéria de 2014, vencida, deputado Marquinho, há 3 anos, sem o prefeito se pronunciar com relação a isso aqui. Inclusive, acho que os deputados da base do prefeito deveriam buscar mais informação sobre isso e trazer à discussão, porque não está mais judicializado. Não está, está entregue ao consórcio que já disse recentemente que não vai cumprir esse contrato. Portanto, essa é a velocidade com que fazemos com que as coisas aconteçam gerando emprego em Salvador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vai falar o deputado Angelo, pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida, grande odontologista oriundo de Feira de Santana.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Muito obrigado. Sr. Presidente, V.Ex^a que me conhece desde a infância sabe o que vou falar aqui agora. Instalada a CPI do Centro de Convenções, fui escalado pela Liderança do Governo, pelos meus pares, para ser membro dela. Quero dizer do meu orgulho de poder participar desse debate. Lembrando, Sr. Presidente, que a democracia, que os regimentos, devem...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo causando grande barulho no Plenário.)

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, por gentileza, peço educação ao Plenário. Sr. Presidente, peço que garanta meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Gostaria que os deputados Rosemberg Pinto, Bira Corôa e Heber, se posicionassem com atenção para ouvirmos as palavras abalizadas do deputado Angelo Almeida, que está impedido de continuar seu pronunciamento.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Não brinquem com Coronel, não.

Sr. Presidente, quem tem o mínimo de memória política neste País se lembra de uma triste passagem na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde 83 pedidos de CPI foram arquivados pelo governador do PSB, o então governador José Serra. Entro nesta Casa e em 3 meses a Oposição abre um pedido de CPI, democraticamente, tínhamos inclusive as condições de evitar a CPI, as condições de sequer apresentar os nomes e foram devidamente apresentados.

Aqui quero parabenizar a forma democrática com que nós, da Base do Governo, estamos lidando com essa situação. Quero declarar, Sr. Presidente, que alguns colegas comentaram comigo na tarde de hoje, dando-me a notícia de que nós fomos indicados para sermos um dos membros da CPI, que pelo fato de o ex-secretário, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, meu companheiro, dirigente do Partido Socialista Brasileiro, PSB, na Bahia, Domingos Leonelli ter sido o presidente da Bahiatursa, nós fomos indicados também no sentido de fazer o debate na defesa do PSB, na defesa de Leonelli.

Sr. Presidente, quero deixar claro, antecipadamente, aqui, e V.Ex^a conhece um pouco do que vou falar, porque aprendi com meu pai, saudoso pai que se foi há 3 anos, ele dizia para nunca abirmos a boca para dizermos que somos honestos, nunca façam isso. Fui servidor do Banco do Brasil e durante 32 anos sentei numa cadeira e fiquei ali lidando com empréstimo bancário, empréstimo rural, empréstimo industrial e ele sabia, olhando nos olhos, a pessoa que abria a boca para dizer que era honesta, era a mais desonesta de todas.

Quero dizer do meu orgulho, da minha honra que tenho de poder lidar com essa situação. Não tenho procuração, não terei nem vou pedir, não vou fazer a defesa de Leonelli porque tenho certeza que não tem erro. Não tenho nenhuma dúvida de que a figura pública seja como deputado estadual, deputado federal, secretário, a lisura com que tratou de tudo em sua vida pública, absolutamente tudo, me faz tranquilo, me traz aqui nesse momento para fazer parte dessa CPI com muita tranquilidade de que ali ele não precisa abrir a boca. Quero dizer que vamos desvendar essa questão do Centro de Convenções com muita tranquilidade, já fiz esse debate aqui ontem, vamos aguardar o momento oportuno de continuar fazendo para colocar para todo mundo, para que as possam saber o que aconteceu com o Centro de Convenções.

No meu entendimento, Sr. Presidente, direi o que penso, disse ontem e vou repetir, já vai tarde, viva o novo momento da Bahia, vem aí o novo Centro de Convenções, vamos trabalhar para isso junto com o governador Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Marcelo Nilo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil vive uma grave crise política, econômica, com o presidente da República sem dúvida nenhuma chegando ao fundo do poço, nobre deputado Euclides Fernandes.

A Bahia vive uma situação diferenciada onde temos hoje o governo do Estado da Bahia dos mais bem avaliados do País. Um governador que tem os recursos, tem as finanças equilibradas, que durante os 7 dias da semana viaja três, quatro vezes para o interior do Estado inaugurando obras, lançando obras com os prefeitos, independentemente da conotação partidária.

Os deputados que fazem a Oposição e são atuantes, tanto nos bastidores quanto nas conversas informais, reconhecem que o atual governador da Bahia foi uma surpresa para aqueles que não conhecem o Rui Costa gestor, porque eu o conheci chefe da Casa Civil gestor e também como secretário de articulação política, quando era titular da Pasta das Relações Institucionais.

Sei que a crise é grave. A Bahia, deputado Adolfo Viana, tem um Orçamento de 42, 43 bilhões para uma população de 15 milhões de baianos. O Rio de Janeiro, que tem um governador do PMDB, tem um Orçamento de 92 bilhões para uma população de 16 milhões de cariocas e fluminenses. Mesmo assim, a Bahia paga o salário em dia e funciona dentro da sua normalidade.

Ontem estive com o secretário da Segurança Pública, que me deu uma excelente notícia: os índices dos assaltos a caixas eletrônicos, felizmente, foram reduzidos. Óbvio que o número ainda está um pouco elevado, mas está sendo reduzido. A Bahia funciona dentro da normalidade com as dificuldades que sabemos que temos hoje. Mas também temos essas relações de um Estado equilibrado porque o governador Rui Costa teve a competência e coragem de cortar na carne. Ele acabou com a Ebal, que era uma empresa deficitária, a EBDA e o Derba, ou seja, procurou fazer com a extinção dessas três as relações direto com a sociedade, porque quem fazia as obras do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia eram empresas através de licitações.

Portanto, S.Ex^a teve a visão de fazer essa economia para que nós pudéssemos ter hoje uma Bahia equilibrada, vivendo, deputado Adolfo Menezes, nas suas áreas da Educação, Saúde, Segurança Pública e desenvolvimento econômico e social, dentro da normalidade. Nós atravessamos a pior seca da história da Bahia, a pior dos últimos 100 anos! Mas o nosso Estado não entrou numa crise como os Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, São Paulo, do Paraná e Rio Grande do Sul!

Hoje é uma dificuldade fazer oposição ao governador Rui Costa, mesmo havendo deputados atuantes e com visão crítica. E os parlamentares da Oposição são para criticar, enquanto os do governo são para colocar as condições objetivas para que S.Ex^a continue fazendo essa excelente administração em prol da Bahia!

Sei que o meu querido amigo deputado Alan Sanches, um grande companheiro que nos deixou, diga-se de passagem, saiu pela porta da frente, porque você sair do governo e ir para a Oposição não é oportunismo. Pelo contrário! É coragem! Mas tenho certeza que ele está arrependido. Sabem por quê? Porque está fazendo oposição a um dos melhores governadores do Brasil, se não for o melhor! A um governador que tem atuado com disposição! Acorda cedo e dorme tarde, trabalhando em defesa do povo baiano!

Ser deputado de oposição, modéstia à parte, eu sei ser. Isso porque sou o único deputado da história na Bahia que ficou 16 anos na Oposição!

O Sr. Adolfo Viana:- Tá querendo voltar, presidente? Seja bem-vindo!

O Sr. MARCELO NILO:- Portanto, eu sei o que é ser oposição! E também sei, é claro, que os deputados que fazem a Oposição hoje estão com dificuldades. Ora, criticaram aqui ... O meu querido amigo nobre deputado Prisco está criticando a Reforma da Previdência. Aí, o que ele, um homem inteligente, fez?! Perguntou: “E quando a Reforma da Previdência do Estado vier?” Ora! Quando vier, nós vamos discutir. Somos contrários à Reforma da Previdência Nacional, porque está massacrando o trabalhador! E é feita pelo governo do presidente Temer, do mesmo partido do meu querido amigo deputado Leur Lomanto.

Quando a Reforma da Previdência vier, porque ela é necessária – deputado, V.Ex^a ouça – a reforma todos nós, pode ter certeza que 100% da população brasileira quer a reforma. Agora, quer uma reforma que não tire direitos adquiridos; quer uma reforma que não diminua o poder aquisitivo do trabalhador; queremos uma reforma que não prejudique, principalmente, os mais necessitados, porque essa reforma é para atender aos grandes empresários.

O meu querido amigo, um dos melhores amigos que construí na vida pública, deputado Arthur Maia, é o relator. Eu sei que ele anda constrangido, porque ele sabe...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir deputado.

O Sr. MARCELO NILO:- (...) que essa reforma é para atender aos grandes interesses empresariais. Sou contra a reforma do jeito que está, porque, realmente, prejudica o cidadão e a cidadã brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o nobre Líder da Minoria, ou o Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 4 minutos o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 4 minutos o deputado Pablo e pelo tempo de 3 minutos o deputado Heber Santana que vos fala.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o deputado Adolfo Viana, grande liderança de Casa Nova.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, é um grande orgulho para mim, ser citado ao lado de minha querida cidade de Casa Nova.

Mas, eu subo a esta tribuna com muita preocupação. A mesma preocupação que a maioria dos baianos vive hoje, diferente do discurso do nobre deputado Marcelo Nilo, diferente do discurso do nobre deputado Bobô. Deputado Bobô, fala do governo federal, foi até o senador do Ceará, passou pelo grande prefeito ACM Neto, eleito três vezes o maior prefeito do Brasil, só não fala do governo da Bahia. E eu compreendo deputado, V.Ex^a não vai falar daquilo que não vem bem. O deputado Marcelo Nilo fala que a educação e a segurança estão controladas.

Mas, deputado Marcelo Nilo, não posso concordar com o querido colega, porque nós não temos saúde pública. No Hospital Regional de Juazeiro, por exemplo, deputado Zó, morre gente lá, porque não tem soro, e a Sesab esquece de fazer os repasses, essa é uma realidade; do presídio de segurança máxima da Bahia, na Mata Escura, anteontem, fugiram 25 presos. Então, a estratégia da base do governo é falar do governo federal e do governo municipal...

O Sr. Zó:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...) porque se formos encarar os problemas que vivemos hoje no Estado da Bahia, nós vamos falar desse tipo de problema: hospitais regionais sem repasse, faltando soro para atender a população. Deputado Alan Sanches, V.Ex^a que tanto combate esse tipo de coisa errada. Presídio de segurança máxima! Segurança máxima! Fugiram 25 anteontem!

Eu queria entender que Estado é esse que V.Ex^{as} dizem que está muito bem? Eu gostaria de lembrar qual é o lema desse atual governo: é o lema da propaganda tamanho G, propaganda tamanho G, e é na televisão e aqui nesta tribuna. Aqui se diz o que as pessoas gostariam de ouvir, mas a realidade dos fatos de quem vive no interior da Bahia... Quem sofre com a seca, quem sofre com a falta de segurança, quem sofre com a falta de saúde pública de qualidade é justamente a população que mais precisa no Estado da Bahia.

Então, quando V.Ex^{as} subirem a esta tribuna para defender o atual governo, lembrem que os seus eleitores estão lá na ponta, sem saúde pública, sem segurança e sem educação de qualidade. Então, aquela propaganda antiga, deputado Sidelvan Nóbrega, do atual governo do Estado, que dizia: “eu quero morar na propaganda do governo da Bahia”. Eu também gostaria muito de morar na propaganda do governo da Bahia, mas, infelizmente, nós moramos é na realidade do Estado da Bahia, que é completamente diferente da realidade dita aqui por muitos parlamentares do governo, e completamente diferente das propagandas que o governo coloca nas televisões.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Conclua, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou concluir, atendendo ao pedido de V.Ex^a, mesmo V.Ex^a não tendo a tolerância nem sequer para eu completar o tempo regimental a que tenho direito. Em deferência a V.Ex^a, vou atender dizendo o seguinte: adoraria morar na propaganda do governo da Bahia, infelizmente não é possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V.Ex^a tem que entender que zelo muito pela garganta e pelas cordas vocais dos colegas.

Anuncio a palavra do nobre deputado Pablo Barrozo, grande liderança da soja do Oeste.

O Sr. PABLO BARROZO:- Gostaria eu presidente! Quero saudar todos os colegas, deputados e deputadas, e dizer que estava ouvindo atentamente, com muito cuidado e atenção o querido amigo, deputado Bobô, craque no campo, craque na política, mas infelizmente, ele tem que defender um governo que se mostra no corpo, na alma, ineficiente, ineficaz, despreparado.

Ontem tivemos, aqui, a visita do secretário de Turismo, que demonstrou total despreparo. Vejam, até o *trade* turístico, do qual ele fazia parte, já o abandona e já o peita, porque, está com o turismo, que gera emprego e renda na Bahia e não está com o secretário, que me parece estar com a “síndrome do carro preto”, esqueceu tudo o que praticou como empresário de turismo, que gera tanto emprego, renda e tem tanta importância. O *trade* está com suas obrigações, que são muito importantes para o estado da Bahia.

Deputado Bobô, o governo ACM Neto começou em 2013, naquela época, a crise econômica não estava tão instalada como está hoje, e afoga a todos. E ele por ser um governante que tem credibilidade, conseguiu fazer um consórcio e atrair investidores para o Aeroclube.

Esse consórcio, infelizmente, não cumpriu com suas obrigações até agora, porque há uma crise política instalada pelo governo federal – que V.Ex^a votou e defendeu –, e fez o que fez com o nosso País, com o nosso Estado. Esta crise afeta Salvador.

Gostaria de lhe desafiar. V.Ex^a vê algum shopping sendo construído no Brasil? Se V.Ex^a souber, me fale, porque eu realmente não sei. O consórcio não passa ileso por isso. Ainda digo mais: a Prefeitura já notificou o consórcio, que está respondendo. A vontade da prefeitura é, através de procedimentos legais, fazer o destrato, mas precisa ouvir a Procuradoria, e fazer todo o procedimento legal para que aconteça.

Infelizmente, estamos sendo afetados pela crise econômica causada pelo governo do PT, mas o prefeito goza de credibilidade. Gostaria que V.Ex^a viesse com a mesma força, aqui, falar dos R\$ 90 milhões que foram gastos na ponte Salvador/Itaparica, obra que é a cara deste governo do Estado. Gostaria que V.Ex^a viesse falar dos milhões e bilhões gastados na FIOL, sabemos que tem dinheiro jogado fora lá, não é preciso muito para saber disso. Gostaria que V.Ex^a viesse falar

dos três presídios, que estão prontos há mais de dois anos, e o governador Rui Costa não consegue contratar um funcionário, porque as secretarias estão lotadas de funcionários sem fazer nada.

Há fuga de presídios, mas tem presídios prontos, a exemplo de Vitória da Conquista, a exemplo de Salvador – com o complexo em Mata Escura – e a exemplo de Barreiras onde acontecem fugas todo mês, porque as delegacias estão abarrotadas, os presídios estão prontos, bonitinhos e sem funcionar.

Infelizmente, essa é a prioridade do governo de todos nós, quando digo todos nós, é aquele governo que é de todos nós e prega pela ignorância, pela desinformação e que falta com o respeito para com a população da Bahia, vê essa realidade de caos e não toma nenhuma providência. Não vamos comparar os irresponsáveis que deixaram esse Centro de Convenções e estão perdendo turismo e renda para outros estados com as pessoas que trabalham pelo nosso Município e pelo nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra, pelo tempo de 4 minutos, ao grande líder Heber Santana, filho de um excelente deputado que passou muito tempo nesta Casa, nosso querido amigo Eliel Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez estou nesta tribuna. Vou ser justo, Sr. Presidente, tenho o tempo de 3 minutos para completar os 11 minutos totais que nós temos à disposição neste momento, até porque o que precisava ser dito foi dito.

Vejo que os deputados de oposição, especialmente os do Partido dos Trabalhadores, deputado Euclides, têm uma vocação natural para ser oposição e já mostraram que sabem fazer isso, sabem bem ser oposição. Mas também já mostraram, deputado Samuel Junior, que não sabem ser governo. Está evidente, está claro, e os resultados estão aí.

Como bem disse o deputado Pablo Barrozo, quando o prefeito ACM Neto, com toda credibilidade, respeito e respaldo que tem, iniciou a sua gestão e atraiu investimentos para a cidade – diga-se de passagem, nós estamos falando do grupo Iguatemi, um dos maiores grupos de shopping do Brasil, deputado Bobô, que se credenciou para a construção do novo espaço do Aeroclube, na mesma região do antigo, e veio todo esse projeto para transformar aquele espaço – só faltou, como dizia Garrincha, combinar com os gringos. Só que o que faltou, na verdade, para o governo ACM Neto, foi combinar com o governo federal; porque enquanto o prefeito ACM Neto trabalhava para restaurar a saúde financeira da Cidade de Salvador, o governo federal quebrava o País, deixava mais de 12 milhões de desempregados neste País – resultados que estão espalhados por toda esta Nação, trazendo prejuízos para todos nós.

Portanto, o que aconteceu aqui não é um fato isolado. Isso é reflexo dos desmandos, falta de capacidade gerencial, para além da corrupção, deste governo que

saiu. E não me venha dizer que agora esse governo é nosso. Eu não votei em Dilma, não fui eu que elegi Temer vice-presidente da República, não. O meu partido, o PSC, teve candidato próprio e terá novamente. O PSC terá novamente candidato próprio.

O filho Michel Temer, deputado Zé Neto, é seu, como de todo o PT, que, por duas vezes, por duas vezes – não foi uma! –, o elegeu vice-presidente. Agora tem um detalhe, diga-se de passagem, isso não sou eu que digo, aqueles que acompanham a parte econômica do Brasil dizem, e têm o meu respaldo também, que é necessário fazer ajustes em nosso País. O próprio deputado Marcelo Nilo colocou a necessidade de reforma. Mais ainda: o próprio governador, recentemente, em notícia publicada em um *site* de grande circulação do nosso Estado, também se colocou a favor da reforma, inclusive dizendo algo que parece que muitos deputados esquecem: que ele também tem mexido na Previdência do Estado da Bahia. E as ações que ele toma não são a favor do trabalhador, não. Ou V.Ex^{as} estão defendendo os trabalhadores, menos os da Bahia? Creio que essa reflexão deve ficar, sim, para esta Casa

Chamo a atenção, nobres deputados, de que todas as medidas que são necessárias o prefeito tem tomado, tem buscado a rescisão do contrato, já que faltou combinar com o governo do PT –que quebrou o País –, justamente para dar um novo destino àquela área, somado a todo esforço que ele tem feito para recuperar toda orla de Salvador. Não só a orla atlântica, que vive novos ares, mas também as orlas da Cidade Baixa, da Ribeira, de Tubarão, que têm sido reformadas, devolvidas ao público. Salvador voltou a sorrir. Por isso nós nos alegramos, também, Sr. Presidente.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará, pelo tempo de 6 minutos o deputado Paulo Rangel; pelos 6 minutos restantes, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu anuncio a palavra do deputado Paulo Rangel, grande representante da Chesf, aliás, do setor elétrico desta Assembleia.

O Sr. PAULO RANGEL:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Vejo aqui o deputado Marcelo Nilo dizer, o tempo inteiro, que é um recordista da Oposição: 16 anos de oposição. Mas tem deputado aqui que vai empatar com o deputado Marcelo Nilo. Pelo que me consta, o grande deputado Sandro Régis é candidato à reeleição, e vai se eleger. Vão ser 16 anos de oposição também. Então, vai empatar com o deputado Marcelo Nilo, porque, pelo andar da carruagem, pelo Governo que Rui Costa vem fazendo, não terá para ninguém. Primeiro, a Oposição nem chapa tem mais, porque diziam que já tinham o prefeito para candidato a governador e o ex-ministro Geddel Vieira Lima para senador, mas este está fora. Não sei nem como

ficará o PMDB nessa chapa. Parece que Jutahy também não quer mais ser candidato a governador, nem chapa tem para quem quer disputar o Governo da Bahia.

Portanto tem deputado que vai realmente empatar. E aí fico com pena do deputado Marcelo Nilo, que não irá dizer que é o único que ficou 16 anos na Oposição. Mas quem sabe, o coração é fraco, se o deputado Sandro Régis não pode aderir, porque a coisa está ficando feia.

Mas, Sr. Presidente, eu subo aqui para falar de CPI. Nosso governo é realmente democrático: um presidente da Assembleia vai lá, permite a instalação de uma CPI, coisa que dificilmente se via nesta Casa. A Oposição indica os nomes, a Situação indica os nomes – poderiam não indicar, trazer para plenário, e a CPI nascer natimorta. Não era assim no passado, pois o deputado Marcelo Nilo lembra muito bem que foi o maior sacrifício – e V.Ex^a era deputado – para se instalar uma CPI. E se bateu um recorde aqui na Assembleia: o deputado Heraldo Rocha acabou uma CPI em 45 segundos. Era assim que as coisas funcionavam nesta Casa.

Posso garantir que essa CPI pode não demorar, mas irá durar mais do que 45 dias, porque vamos querer apurar, e não vamos apurar só 10 anos não! Sabemos quando começa uma CPI, e nunca sabemos quando termina. E, deputado Euclides, o pior não é não saber quando termina, mas saber como começa, e não saber como termina. E aí é bom que todo mundo se prepare para o resultado desta CPI. O nosso trabalho a gente vai fazer, e vai fazer bem feito.

Deputado, na minha terra tem uma ponte que liga o estado de Alagoas à Bahia. É uma ponte metálica que foi construída em 1948: só foi feita até hoje uma manutenção corretiva, mas as manutenções preventivas, posso dizer como funcionário da Chesf, são feitas de 6 em 6 meses. Agora, um equipamento que foi entregue em 1979 teve a primeira manutenção preventiva, V.Ex^a, deputado Marcelo, que é engenheiro civil, em 1993. Rapaz, o descaso era muito grande!

Querer atribuir ao governo Rui Costa o desabamento de parte do Centro de Convenções eu diria que, se não é maldade, se não é malícia, mas é papel da Oposição, isso é, no mínimo, uma ingenuidade muito grande, porque o cupim já existia, e cupim que comia aço, talvez até porque o local da obra não era o mais indicado, o mais adequado. Erraram inclusive nisso. E a CPI mostrará que não era, que o material não era igual ao material com que se construiu a ponte Rio-Niterói.

Imaginem se fosse aquele governo que construiu o Centro de Convenções tivesse construído a Ponte Rio-Niterói? Meu Deus do céu, o que não teria acontecido, hein? O povo estaria viajando de barco novamente.

Portanto, estamos muito tranquilos. E como participei da CPI da Ebal, em que encontramos muito roubo – está-se apurando, não sei por que ninguém foi preso ainda –, posso garantir que essa CPI chegará a algum denominador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Requerimento:

(Lê) “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 120 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 05 de abril de 2017.

Deputado Zé Neto.”

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Anuncio a palavra do nobre líder de Camaçari, um dos grandes incentivadores da música baiana, deputado Bira Corôa. Quem não se lembra da grande banda *Flor de Cactus*?

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, nobre deputado Coronel, essa brincadeira é porque Coronel foi um dos grandes incentivadores da identidade cultural da Bahia. Quando prefeito de sua cidade promoveu um dos maiores 'são joões' daquela região, que se tornou uma grande tradição. E, sem dúvida, é importante que digamos, Coração de Maria entrou para o calendário da Bahiatursa exatamente a partir desse olhar, desse compromisso com a preservação da nossa cultura.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores servidores, imprensa, visitantes, faço uso da tribuna neste exato momento, primeiro, para fazer uma constatação de o quanto Temer tem conseguido ser uma praga neste País. Aliás, sinônimo de uma moléstia de alta contaminação, porque nem os seus querem mais estar próximos.

Vejam, aqui os Srs. Deputados do PMDB fazem questão de mostrar distância. Os da base de sustentação desse governo que aí está fazem questão de mostrar distância. Chega ao ponto de ouvirmos depoimentos aqui que vão de encontro à própria realidade.

Deputados chegaram, aqui, no afã de tentar atacar o Partido dos Trabalhadores, negar a transformação social, política e econômica vivida pelo Brasil durante o período de condução do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da base aliada, com programas transformadores da realidade do povo brasileiro, a dizer que o prefeito de Salvador, o Netinho, estava cuidando da saúde de Salvador enquanto o PT estava descuidando do Brasil.

Cuidando da saúde de Salvador, é a prova testemunhal de alguém que vem para cá e sequer tem conhecimento dos dados, sequer conhece a realidade da saúde do nosso Estado e do nosso Município de Salvador. Sabe por quê? Disse que ele estava cuidando da saúde de Salvador! Salvador tem o pior atendimento em serviços básicos de saúde do Estado: menos de 30%. Não tem um município de 10 mil habitantes que atenda menos de 30%, deputado Zé Neto. Mas Salvador atende menos do que 30%!

Salvador é um município que não tem nenhuma maternidade pública municipal; é um município que não tem um hospital público municipal; é um município que sequer atende nas suas UPAs; que ponga na estrutura do Estado; que vive empenhado nas condições de saúde mantidas pelo Estado da Bahia.

E aí vem um deputado – na condição de defender o governo municipal e de se afastar ou se isolar do governo federal, da mazela que está sendo imposta ao Brasil por esse governo impostor, que nega direitos trabalhistas, que tenta extrair conquistas históricas do povo brasileiro – e tenta usar como referência a gestão de Salvador e, pior do que isso, tenta ancorar na saúde pública de Salvador.

Faço uma pergunta aqui: qual é a saúde pública de Salvador? Talvez o que está aqui sendo apresentado é que Salvador tornou-se uma grande referência de gestão de maquiagem resultados, de utilizar movimentações para camuflar a aplicação ou não aplicação dos recursos públicos da saúde do nosso Estado e do nosso Município.

Então, caracteristicamente está comprovado que ou desconhece dados ou tenta passar uma imagem que não é real, na tentativa de defender um governo municipal que não atende às questões de saúde e atribuir ao Partido dos Trabalhadores e aos partidos aliados a responsabilidade pelo caos que eles estão implementando.

É esse governo golpista que tem sido responsável pela “quebradeira” das empresas brasileiras. Sob o argumento de combater corrupção, estouraram as empresas estatais e privadas para atender aos interesses do capital internacional. Precisa ter a coragem de chegar aqui e assumir que defende o interesse do capital internacional, que vai de encontro aos interesses e as defensivas do trabalhador e da trabalhadora brasileira, a exemplo da aprovação da terceirização. Outro exemplo é exatamente a pauta do dia, que é a Reforma da Previdência.

Então, é preciso ter a coragem de vir aqui e assumir que o que estamos debatendo são bandeiras ideológicas: quem defende os interesses da elite burguesa, pautados nos interesses do capital internacional; e quem defende os interesses do povo brasileiro no avanço da transformação da sociedade, na reconquista de direitos constitucionais antes nunca reconhecidos, valorizados e acessíveis à população mais carente do nosso País.

É por isso, Sr. Presidente, que eu digo que é importante este debate. Estou aberto a este debate.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Projeto de Emenda Constitucional nº 150/2017, de procedência do nobre deputado Adolfo Menezes, que dá nova redação ao inciso III do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia. Faltam-lhe o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para exarar o parecer o nobre deputado, oriundo da cidade de Alagoinhas, Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos para proferir o Parecer.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (Lê) “PARECER

Do Plenário ao Projeto de Emenda à Constituição nº 150/2017 que “Dá nova redação ao §3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia”

I - RELATÓRIO

Trata-se de propositura onde constam como signatários os Deputados Adolfo Menezes e o Deputado Rosemberg Pinto, autor e coautor, respectivamente, através da qual desejam vedar a reeleição para cargo, imediatamente subsequente, da Mesa Diretora dentro da mesma Legislatura, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O texto do presente Projeto de Emenda à Constituição veio devidamente acompanhado de justificativa.

Não foram apresentadas emendas durante o período de pauta, cabendo a esta relatoria se manifestar quanto aos aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente cumpre elucidar que a Constituição do Estado da Bahia é a Lei Maior que rege o nosso Estado, seu Poder é autônomo e atua segundo delimitações estabelecidas pela Constituição Federal. Promulgada em 05 de outubro de 1989, a Constituição baiana já foi alterada por diversas emendas e pretende, os autores da Iniciativa, dar nova redação ao §3º do art. 67, bem como ao inciso II do art. 71 da nossa Constituição Estadual.

Para que ocorram emendas à Constituição frisamos que é necessário um rito especial sendo discutidas e votadas em dois turnos. Consideram-se aprovadas se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos Deputados, mediante proposta de um terço, no mínimo, dos Deputados; do Governador do Estado; de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros ou dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.

Na justificativa que acompanha o presente Projeto sob análise, trouxeram os autores da iniciativa, ainda que de forma sucinta, o exemplo do Regimento Interno da Câmara Federal com a finalidade de corroborar a tese da necessidade de se oportunizar aos parlamentares a participação na composição da Mesa de uma maneira mais ampla e de forma isonômica.

Trazemos à discussão trechos da Constituição Federal e Estadual, respectivamente, para que nos auxilie a firmamos entendimento quanto a constitucionalidade da iniciativa.

Constituição Federal de 1988

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

...

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, **vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.**

(grifo nosso)

Constituição do Estado da Bahia

Art. 67 – A Assembleia Legislativa reunir-se-á anualmente, em sua sede, de 1º (primeiro) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de 1º (primeiro) de agosto a 30 (trinta) de dezembro.

...

§ 3º – A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para um mandato de 02 (dois) anos, **permitida a recondução para o mesmo cargo, por uma vez, na eleição imediatamente subsequente.**

(grifo nosso)

Art. 71 – Além de outros casos previstos nesta Constituição, compete privativamente à Assembleia Legislativa:

...

II – eger sua Mesa Diretora para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, por uma vez, para o mesmo cargo, no período subsequente.

(grifo nosso)

Antes de adentrarmos no mérito da proposta à luz da Constituição Federal de 1988 é imperioso registrar que a alternância no poder é algo que está diretamente ligado aos princípios republicanos e democráticos e, caso não existam óbices do ponto de vista legal, devem ser a regra e não a exceção.

Após atenta análise do texto apresentado e confrontando-o com as leis que regem o ordenamento jurídico pátrio, constatamos que o legislador, quando da elaboração da Lei, não observou o princípio da simetria constitucional no que se refere às eleições da Mesa Diretora no âmbito do Estado da Bahia.

Em tempo, o princípio da simetria constitucional postula que haja, sempre que possível, uma relação de similaridade entre as normas jurídicas da Constituição Federal e as regras estabelecidas nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas.

Há de se observar, contudo, que o princípio declinado não é único e absoluto, ele deve ser interpretado em conjunto com as demais normas jurídicas da Constituição Federal. Deve-se levar em conta, também, que o ponto de referência de sua aplicação é da Constituição Federal e não da Estadual.

Trazemos isso pois a interpretação deste princípio de forma distorcida pode contribuir para a violação de direitos, bem como para aberrações no campo das normas.

Superada a questão da aplicação do princípio aludido, restou evidenciado que o legislador, quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, quis adotar o sistema democrático visando, deste modo, a alternância no poder e, por conseguinte, vedou a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente nas Mesas da Câmara Federal e do Senado.

Isto posto, merece guarida por parte desta relatoria o entendimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados titulares da Iniciativa, no sentido de emendarmos a Constituição Estadual da Bahia dando similaridade com a Constituição Federal, através da vedação da recondução para o mesmo cargo da mesa Diretora na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma Legislatura.

Registramos que a presente proposta não traz qualquer prejuízo do ponto de vista da harmonia entre os Poderes e, somado aos argumentos retrô é que nos manifestamos pela aprovação do presente projeto de emenda à constituição.

CONCLUSÃO

*Por todo o exposto, vota-se pela **aprovação** do Projeto de Emenda à Constituição nº 150/2017.*

Do Plenário,

Deputado Joseildo Ramos.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem para esclarecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- É um esclarecimento que quero do relator enquanto ele está aí.

Entendi que não pode haver reeleição na mesma legislatura, é isso? Pode haver na legislatura subsequente.

(O deputado Joseildo Ramos afirma que sim fora do microfone)

OK. Tudo bem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o Parecer do relator Joseildo Ramos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum de votação e que marque os 25 minutos, como se trata de uma PEC, emenda constitucional, precisamos de 38 votos dos Srs. Deputados, fora V.Ex^a. Solicito que marque o tempo e convoque os Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Há um pedido de verificação de quórum de votação do deputado Adolfo Menezes. Como trata-se de uma emenda constitucional será necessário o voto de 3/5 dos Srs. Deputados e deputadas, ou seja, precisa ter 38 votos sim para que essa PEC seja aprovada e com isso acabe a reeleição nesta Casa dentro da mesma legislatura.

Gostaria que o operador do painel marcasse o tempo de 25 minutos até completarmos o quórum de votação.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os deputados que estão presentes para darem a presença para a gente ver se consegue rapidamente... E os deputados que, porventura, estejam na Sala do Cafezinho, nos gabinetes ou nos corredores da Casa que se façam presentes, já que, como colocou o deputado Adolfo, precisamos de 38 Srs. Deputados, 38 votos, 39 presentes, já que o presidente não vota. Quem está presente aqui já dá a sua presença. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu queria convidar os deputados que estejam em alguma dependência desta Casa, ou fora dela, que estejam assistindo à *TV Assembleia* – dentro em breve a Rádio Assembleia, Rádio Alba - como sempre estamos fazendo, os deputados que não se fizerem presentes na votação, terá cortado o ponto, o que já fizemos em outras ocasiões.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, já tem o quórum. Está todo mundo doido para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos aguardar o tempo regimental, deputado Rosemberg, um dos grandes incentivadores dessa matéria pelo fim da reeleição. Junto com o deputado Adolfo Menezes, fez um trabalho para que chegássemos a este momento.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu fico muito alegre de hoje podermos votar...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu espero, deputado, se V.Ex^a um dia chegar à Presidência, que não queira revogar essa PEC.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Em hipótese alguma.

O Sr. Paulo Rangel:- Já deu quórum, presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu, por acordo, entendi nesse formato, mas se fosse do ponto de vista original, eu defenderia que não houvesse reeleição em nenhuma hipótese, defendo isso por princípio. Mas, entendendo a unidade da Casa, que façamos nos moldes que o relator apresentou. Fico muito feliz junto com o deputado Adolfo Menezes que possamos votar hoje aqui essa PEC. Esse processo do impedimento da reeleição foi tão debatido nos últimos quatro anos, e hoje, finalmente, vamos criar uma regulação, que a gente possa promover a alternância na Mesa Diretora da Casa. Quero pedir a todos os deputados e deputadas que estejam no cafezinho ou em seus gabinetes...

O Sr. Paulo Rangel:- Já tem quórum, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- (...) Que se possam fazer presentes a fim de termos aqui a maior votação com o número máximo dos presentes nesta Casa. Logo cedo, 56 deram presença aqui, que pudéssemos ter aqui, deputado Angelo Coronel, a Casa completa, porque essa é uma votação especial para a consolidação do processo democrático numa Casa Legislativa.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, eu vou apresentar uma PEC para não ter mais reeleição para deputado também.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu acho que esse é um desejo da deputada Luíza Maia. Quem sabe...

Ainda temos 18 minutos, como se trata...

O Sr. Paulo Rangel:- E Eu fiz um levantamento, só tem 44 deputados na Casa. Já tem 43, só falta um. Vamos votar, presidente. Tem gente que vai embora, aí vai ter que ter 38.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Calma, deputado! Eu sei da sua ansiedade, mas tenha paciência.

Atenção, deputado Aderbal Caldas, Alan Castro, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Gika, Ivana Bastos, Jânio Natal, Luiz Augusto, Luíza Maia, Manassés, Marcel Moraes, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Roberto Carlos, Robinho, Targino Machado, Tom Araújo. Esses deputados e deputadas ainda faltam registrar suas presenças para que possamos abrir, com isso, a votação.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Coronel, a deputada Luiza Maia está adoentada, foi ao médico, por conta disso ela não vai estar presente, mas gostaria muito de votar essa PEC.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu sei, V.Ex^a está realmente bem imbuído, com o deputado Adolfo neste processo, deputado Rosemberg, mas tenha paciência, esse prazer que V.Ex^a tem, quero dar também àqueles que estão chegando a esta Casa oportunidade de exercer o seu direito ao voto.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente Coronel. Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O deputado Paulo Rangel hoje está recordista em questão de ordem. Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Nem gosto, estou usando, porque ... Olhe bem, V.Ex^a agora é obrigado a reiniciar, porque já tem quórum, agora, V.Ex^a pode ser bastante razoável e esperar dar o tempo para que os outros deputados cheguem, mas já tem o quórum. V.Ex^a tem que abrir agora a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo coronel):- Estou vendo, deputado, tem quórum, mas estou aguardando...

O Sr. Paulo Rangel:- Não só abrir, V.Ex^a abre a votação, porque estou ansioso para votar...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Sua questão de ordem está indeferida...

O Sr. Paulo Rangel:- Não pode, (risos) eu estou correto, já tem quórum. V.Ex^a tem que abrir, agora, V.Ex^a pode ser flexível, mas eu tenho razão. Pela ordem, eu tenho razão, presidente. V.Ex^a está equivocado. V.Ex^a está sendo autoritário. Foi quórum para votação e já tem presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- OK, deputado. Quero registrar que a deputada Fabíola Mansur está em missão fora do Brasil, com a deputada Ivana Bastos representando esta Casa na Unale. O deputado Eduardo Salles está representando uma Frente de Agricultura também fora do Brasil. E quero acrescentar que todos por conta dos seus próprios recursos.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a está abrindo um precedente perigoso.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- É importante sempre na vida se ter precedentes, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- É não! Aqui tem disputa e um dia isso pode ser usado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Vamos chamar Aderbal Caldas, Alan Castro, Gika, Jânio Natal, Luiza Maia, Manassés, Marcel Moraes, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Roberto Carlos, Robinho, Targino Machado.

Em votação. Quem vota pelo fim da reeleição, vota sim. Quem quer continuidade da reeleição vota não.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- São 3/5, ou seja, 38 votos sim para que a PEC seja aprovada.

Questão de ordem do deputado Leur.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Só para orientar a Bancada de Oposição devido à importância deste projeto, que tem a simpatia e o desejo da ampla maioria desta Casa, orientar a Bancada a votar sim, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Para mim é uma satisfação grande ver que os deputados, até os que estavam fora, muitos já chegaram, vamos ter uma importante votação, com uma presença significativa dos deputados desta casa. Estamos respondendo à sociedade, um clamor de muitos anos e quero aqui dizer a V.Ex^a... Parabenizar o deputado Adolfo, o deputado Rosemberg, o relator do projeto, deputado Joseildo e a V.Ex^a, também, que tem se empenhado muito para que esse momento seja resultado da nossa sinergia com os interesses do povo baiano. Voto sim.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria parabenizar o deputado Adolfo Menezes, o deputado Rosemberg Pinto e a V.Ex^a por colocarem esta PEC para votar, tenho certeza que será aprovada pela ampla maioria dos deputados e gostaria, aqui, Sr. Presidente, de prestar minha solidariedade aos deputados Manassés e Alan Castro, depois dessa ampla manobra do governo aí, enfraquecendo o partido desses deputados...

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Paulo Rangel:- Votação não tem questão de ordem. A gente estava até sendo flexível, mas para esse tipo de colocação, não, Sr. Presidente.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo com o presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Infelizmente, o presidente não vota, porque para mim seria o maior prazer votar para o final da reeleição, que foi uma das plataformas da nossa campanha. Mas, graças a Deus, temos aí quarenta e tantos colegas que atenderão esse meu desejo, como se fosse eu realizando neste momento.

O Sr. Luiz Augusto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem, deputado Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, nosso companheiro Aderbal Caldas acabou de me ligar para dizer que está vindo e que quer fazer parte desta votação. São 25 minutos para a votação. Então, 25 minutos devem ser aguardados, regimentalmente, para a votação, porque ele quer que fique registrado que votou a favor da aprovação dessa proposição.

Então, vamos observar os 25 minutos pedidos para a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Luiz Augusto, teremos o segundo turno, de imediato, então o deputado Aderbal votará. O.k.?

Gostaria de que o nosso operador do painel abra para apurarmos o resultado desta votação histórica nesta Casa. (Pausa)

Resultado: 46 votos sim; nenhum voto contra. Aprovada por unanimidade, no primeiro turno, essa PEC. (Palmas. Muitas palmas.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 150/2017

Dá nova redação ao § 3º do art. 67 e ao inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA,
com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual,

PROMULGA:

Art. 1º – O § 3º do art. 67 e o inciso II do art. 71 da Constituição do Estado da

Bahia passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67 -

.....

§ 3º – A Assembleia Legislativa, no primeiro ano da Legislatura, reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para um mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma Legislatura.

.....

Art. 71 -

.....

II – eleger sua Mesa Diretora para um mandato de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma Legislatura”.

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2017.

Deputado Adolfo Menezes

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciarmos, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional nº 150/2017.

Aguardaremos 1 minuto para iniciarmos a sessão extraordinária para votarmos em segundo turno.

Está encerrada a presente sessão ordinária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.